

EDGAR DE SOUSA REGO

**ENTRE DIABOS E ARCANJOS:
CULTURA POLÍTICA E SOCIEDADES CARNAVALESCAS EM
DESTERRO (1879-1891)**

**FLORIANÓPOLIS-SC
JULHO DE 2008**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

EDGAR DE SOUSA REGO

**ENTRE DIABOS E ARCANJOS:
CULTURA POLÍTICA E SOCIEDADES CARNAVALESCAS EM
DESTERRO (1879-1891)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Ramos de Oliveira

FLORIANÓPOLIS-SC
JULHO DE 2008

EDGAR DE SOUSA REGO

**ENTRE DIABOS E ARCANJOS:
CULTURA POLÍTICA E SOCIEDADES CARNAVALESCAS EM
DESTERRO (1879-1891)**

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em História, no Curso de Graduação em História do Centro de Ciências Humanas da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Banca Examinadora:

Orientadora: _____

Prof^a. Dra. Márcia Ramos de Oliveira
(UDESC)

Membro: _____

Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso
(UDESC)

Membro: _____

Prof^a. Dra. Cristiana Tramonte
(UFSC)

**FLORIANÓPOLIS-SC
JULHO DE 2008**

*A minha avó Dayce por incentivar-me no
caminho da educação.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiríssimo lugar este trabalho só foi possível com o apoio integral de minha mãe, Benigna dos Anjos de Sousa Rego, que do apoio moral ao sentimental deu o suporte necessário para a formação de seu filho. O meu agradecimento a ela estende-se a toda a minha família.

Agradeço também a minha orientadora Prof^a Márcia Ramos de Oliveira por ter acreditado no meu potencial e capacidade, enquanto acadêmico, pois já na segunda fase do curso, concedeu-me a oportunidade de trabalhar ao seu lado num projeto de extensão, desde lá fizemos uma parceria que culmina nesta monografia.

À minha parceira para todas as horas, Letícia, futura mãe de meus filhos.

Aos amigos da casa amarela, onde por dois anos aprendi e amadureci com erros e acertos, que só as amizades sinceras, como a de Alan Carlos Ghedini, Jury Antonio Dall'Agnol, Carlos Eduardo de Souza, Gabriel Peruzzo e Guedes que puderam ter paciência suficiente.

Aos amigos da turma 2004/2 que sem dúvida fizeram história nesta faculdade, a diversidade nos une.

Aos colegas Márcio e Sérgio que sempre servirão como exemplos de como nunca envelhecer.

Aos amigos que conquistei durante o curso, que sempre me possibilitaram o desafogo nos bares da cidade.

À professora Cristiana Tramonte e ao professor Paulino de Jesus Francisco Cardoso, por aceitarem o convite para participar da banca examinadora desta monografia.

Aos professores do Departamento de História da UDESC.

Aos funcionários da Biblioteca Pública do Estado, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Casa da Memória.

Ao que seremos e ao que nunca seremos.

RESUMO

Este trabalho tem como foco de abordagem a Cultura Política em Desterro, utilizando o Carnaval, mais precisamente as Sociedades Carnavalescas, como pano de fundo. O objeto de estudo escolhido foram as Sociedades Carnavalescas “Diabo a Quatro” e “Bons Arcanjos” no período de suas atividades que vai de 1879 a 1891. A pesquisa buscou ampliar um pouco a conceituação da finalidade das Sociedades Carnavalescas em Desterro, não entendê-las apenas como um espaço de divertimento, mas um espaço de sociabilidade. Este trabalho também identificou nas Sociedades Carnavalescas e em seus integrantes, traços que identifiquem uma metáfora ou alegoria da política partidária praticada no Império. Esta narrativa analisou as relações destes grupos, que participavam das Sociedades Carnavalescas com o movimento Abolicionista e a Proclamação da República. Os associados destas entidades carnavalescas irão formar as principais instituições republicanas, no período que sucede a Proclamação da República em 1889.

Palavras-chave: Sociedades Carnavalescas. Cultura Política. Desterro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Brocó Frô du Má – Cordão Carnavalesco – Cecília Meireles.....	21
Figura 2 – Préstito da Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos - 1886	22
Figura 3 – Carro de Mutação da Sociedade Carnavalesca Filhos de Minerva – Início do século XX	29
Figura 4 - Banda da Sociedade Amor a Arte - 1908.....	32
Figura 5 - Obras de canalização do Rio da Bulha, atual Av. Hercílio Luz – 1919	34
Figura 6 - Relação entre as Sociedades Carnavalescas - Jornal MATRACA, 11/02/1888	35
Figura 7 - Salão do Teatro Santa Izabel, atual Teatro Álvaro de Carvalho, antes da reforma na década de 1950	37
Figura 8 - Triunpho da Diabo a Quatro – Jornal O MATRACA, 19/02/1888.....	44
Figura 9 - Juvêncio Martins Costa	47
Figura 10 - José Arthur Boiteux.....	48

SUMÁRIO

1. BREVE COMPARAÇÃO ENTRE O CARNAVAL DO RIO DE JANEIRO E DESTERRO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	15
1.1 A FOLIA NO RIO DE JANEIRO: UM ESPELHO PARA O PAÍS.....	16
1.2 AS SOCIEDADES CARNAVALESCAS EM DESTERRO	22
1.3 “SOCIEDADE CARNAVALESCA DIABO A QUATRO” E “SOCIEDADE CARNAVALESCA BONS ARCANJOS”.....	35
2. SOCIEDADES CARNAVALESCAS E POLÍTICA	40
2.1 A POLÍTICA NO IMPÉRIO	40
2.2 SOCIEDADES CARNAVALESCAS E TRAMAS POLÍTICAS	45
2.3 SOCIEDADES CARNAVALESCAS E ABOLIÇÃO	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	55
FONTES.....	58

INTRODUÇÃO

Ao término das festas de final de ano, a “grande mídia” inicia a cada ano, a chamada para a festa que foi alçada, na década de 1930, ao patamar de um dos símbolos da identidade nacional. Trata-se do Carnaval Brasileiro. Porém a História do Carnaval não foi escrita apenas por samba, cerveja e suor. Pelo contrário, no fim do século XIX, o samba ainda estava em formação, a cerveja ainda não era uma bebida popular e o suor só era possível a quem era permitido participar da festa. A historiografia que trata da temática do carnaval perpassa por momentos de estudos mais abrangentes. Pensando a festa experimentada por todos da mesma forma. Esta pesquisa tenta fugir deste olhar e tenta observar a participação de determinados elementos dentro da festa.

O objetivo geral proposto pelo projeto de pesquisa foi encontrar ligações entre a política partidária imperial, ou seja, a cultura política, e as Sociedades Carnavalescas atuantes no século XIX, mais especificamente a “Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro” e a “Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos”. Possuindo este foco, a pesquisa se desdobrou em entender como se constituíram estas sociedades, para que se fosse possível o cotejamento de informações e daí tirarmos as conclusões. O projeto ainda propunha como um dos objetivos, analisar as imagens produzidas pelo jornal Matraca, correspondentes as Sociedades Carnavalescas. As fontes encontradas ainda apontavam para pesquisas sobre a produção musical neste período, como também as relações de gênero ocorridas nos salões e desfiles das Sociedades Carnavalescas.

Como o Trabalho de Conclusão de Curso é um exercício de pesquisa, alguns objetivos foram cortados e a pesquisa ficou com o seu objetivo principal, que é o foco no sócio-político, ou seja, a análise de como as relações político-partidárias se exerciam dentro das Sociedades Carnavalescas.

Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico, onde pudemos constatar que já há uma bibliografia considerável sobre o carnaval, porém faltam ainda trabalhos mais minuciosos. A maioria dos trabalhos são de panoramas gerais do carnaval local, não estudando as suas especificidades.

As primeiras obras consultadas serviram para melhor contextualizar o período e localizar melhor a análise no espaço e no tempo. A exemplo da dissertação da

professora Thaís Luzia Colaço, que aborda o carnaval em Desterro no século XIX.¹ A autora consegue fazer um grande levantamento das fontes, que me auxiliaram ao longo da pesquisa. No âmbito do político utilizei a obra do autor Carlos Alberto Silveira Lenzi², que relata a história dos partidos políticos e das personalidades políticas em Santa Catarina desde o Império até os dias atuais. Utilizei também a obra do atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), Carlos Humberto Corrêa, sobre a história do mesmo Instituto e a Academia Catarinense de Letras (ACL).³ Tais obras serviram como apoio para situar os fatos em seu tempo e pensar as sociedades carnavalescas como um espaço de sociabilidade da elite.

Partindo agora para uma discussão historiográfica, utilizei como base de análise das sociedades carnavalescas a obra da professora Maria Clementina Pereira Cunha, que observa as Grandes Sociedades Carnavalescas no Rio de Janeiro como a tentativa da elite em “civilizar” o carnaval.⁴ Esta tentativa, que culmina no processo de exclusão social da população mais pobre, produzidas pelas elites com um ideal liberal civilizador, fica evidente nas obras de Nicolau Sevcenko e Sidney Chalhoub. Sevcenko baseia-se na literatura para mostrar como a elite numa tentativa de inclusão compulsória das classes populares na ordem burguesa da *Belle Époque*, acaba construindo um processo de exclusão, já que tem dificuldades de entender as lógicas desta parte da sociedade.⁵ Já Chalhoub analisa o cotidiano dos grupos populares urbanos, traçando o perfil do trabalhador do período, buscando entender como as políticas públicas foram ineficazes e serviram de expurgo para os pobres.⁶ Buscando entender o que concerne a cultura política da época, utilizei como base a obra do professor José Murilo de Carvalho, “A construção da ordem”. Nesta obra o autor analisa as relações políticas no período imperial, servindo assim para entender a cultura política no período anterior a República, seus partidos e os políticos. A análise de Carvalho aborda o período

¹ COLAÇO, Thaís L. **O carnaval no Desterro: século XIX**. 1988. UFSC (Dissertação de Mestrado)

² LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983. 382p.

³ CORREA, Carlos Humberto P. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC; Zero Hora Editora Jornalística S/A, 1997.

⁴ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecoss da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. 2. ed.rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁶ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p.

imperial e os partidos políticos enquanto divergentes apenas em “questiúnculas”, pois a elite formava um bloco homogêneo, no qual seus interesses e os da Coroa eram sempre assegurados.⁷ Em uma perspectiva mais local foram trabalhadas as obras de Rosângela Miranda Cherem. Em sua dissertação a professora enfoca com os discursos da elite no período anterior a República, suas vontades e sonhos, numa capital ainda muito provinciana, onde havia muita dificuldade de estabelecer os modos burgueses.⁸ A tese da mesma professora será também consultada, tendo em vista que agora a análise acontece tendo como foco a elite da recém criada república. A mesma autora busca compreender neste trabalho quais os símbolos e tramas políticas que formaram-se com o processo republicano.⁹ Num segundo momento foram utilizadas as obras da professora Cristiana Tramonte¹⁰, entre outras que implementaram um norte a pesquisa, tendo em vista que trata sobre a história do carnaval em Florianópolis, desde o século XIX, até a formação e constituição das escolas de samba, focando o processo de pedagogização nestas escolas.

O próximo passo dado foi a consulta aos acervos em busca das fontes utilizadas pelos trabalhos referenciados. O primeiro lugar visitado foi a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, no seu acervo de periódicos. Os jornais consultados foram O Conservador, O Cruzeiro do Sul, O Despertador, Jornal do Comércio, Matraca, Mercúrio e A Regeneração. Todos eles, com exceção do Matraca, traziam pequenas notas, que não mantinham uma periodicidade sobre o carnaval. A diferença do jornal Matraca é que enquanto inspirado na Revista Ilustrada, produzia *charges* do carnaval de Desterro. Porém há poucos números no acervo da Biblioteca Pública.

Os outros acervos visitados foram o Arquivo Público do Estado, no caso dos Códigos de Postura e Leis da Província. E, a Casa da Memória e o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em busca de imagens da época. Busca infrutífera, pois a maioria das imagens estão em posse de acervos particulares, e não foi

⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: Teatro de sombras** : a política imperial. . 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: Relume-Dumará, 1996.

⁸ CHEREM, Rosângela M. **Caminhos para muitos possíveis**: Desterro no final do império. 1994. USP (Dissertação de Mestrado)

⁹ CHEREM, Rosângela M. **Os faróis do tempo novo**: política e cultura no amanhecer republicano da capital catarinense. 1998 USP (Tese de Doutorado)

¹⁰ TRAMONTE, Cristiana. **O Samba conquista passagem**: as estratégias e a ação educativa das escolas de samba de Florianópolis. Florianópolis: [s. n.], 1996. 283p.

possível encontrá-las no seu estado original¹¹. As imagens dispostas nesta pesquisa foram encontradas na bibliografia consultada, a exemplo da imagem do cordão de Cecília Meireles, encontrado na obra sobre a sua coleção de aquarelas produzidas na década de 1930.¹² Outra fonte de imagens desta pesquisa foram os sítios de Internet do IHGSC e ACL¹³, como também o sítio da Internet, localizado nos servidor da UFSC¹⁴, encontrou-se várias imagens antigas de Florianópolis. Outra fonte localizada foi o jornal *Matraca*, de onde foram reproduzidas as imagens relacionadas às Sociedades Carnavalescas.

Os acervos por onde passei, lutam contra a falta de infra-estrutura e a falta de recursos humanos para manter e recuperar a memória da cidade e do Estado. Por isso fica o apelo por uma melhor conservação da memória em Santa Catarina, assegurando desta forma o ofício do historiador.

No primeiro capítulo deste trabalho apresentaremos ao leitor o objeto de estudo desta pesquisa. Trataremos da discussão historiográfica da festa em meio ao processo histórico da cidade no Rio de Janeiro e da cidade de Desterro. Com tais discussões, esta pesquisa buscou um entendimento do contexto geral, como também uma justificativa para a presente pesquisa.

Numa primeira fase, os estudos sobre carnaval localizaram-se no período em que se produzia registro advindo de memorialistas e de folcloristas como Jota Efegê¹⁵. Eles baseavam seus estudos nas memórias e relatos dos jornais para escrever a história. Nestes trabalhos não puderam ser identificadas, a metodologia histórica utilizada, apesar disso, estas obras ainda servem como referência para a historiografia produzida hoje. Na historiografia local os seus correspondentes são Lucas Alexandre Boiteux¹⁶ e Osvaldo Rodrigues Cabral¹⁷. O último, em sua obra sobre Desterro, utilizou como fonte para o seu relato as notícias dos jornais da época. Num segundo momento, o carnaval passou a ser analisado por jornalistas,

¹¹ As imagens foram reproduzidas de uma cópia, portanto a qualidade das imagens apresentadas neste trabalho, nem sempre alcançaram uma qualidade satisfatória. A exemplo da imagem da Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos, no ano de 1886. Encontrada no encarte de um LP produzido pela Propague e UFSC intitulado "150 anos de Alegria – Carnaval da Ilha".

¹² MEIRELES, Cecília. **Batuque, samba e macumba**: Estudos de gesto e de ritmo 1926-1934. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

¹³ <http://www.aclsc.ufsc.br> (acesso em 20/06/2008); <http://www.ihgsc.org.br> (acesso em 20/06/2008)

¹⁴ <http://ufsc.br/~esilva/Albuns.html> (acesso em 20/06/2008)

¹⁵ EFEGÊ, Jota. **Figuras e coisas do carnaval carioca**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1982. 326p.

¹⁶ Texto apresentado no I Congresso de História do IHGSC em 1948, nunca publicado. (CORREA, Carlos Humberto P. **Diálogo com Clio**: Ensaios de História Política e Cultural. Florianópolis: Insular, 2003.)

¹⁷ CABRAL, Osvaldo R. **Nossa Senhora do Desterro**: memória. Florianópolis: [s.n], 1972 (Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 2 v.

responsáveis por escrever biografias de personagens importantes da festa, já consolidada como símbolo nacional. O carnaval passou a ser analisado também pelas ciências sociais que tentavam compreender o festejo de Momo como uma leitura sobre a sociedade brasileira. O campo historiográfico só começou a apresentar estudos sobre o tema na década de 1980. Trabalhos como da historiadora Maria Isaura Pereira de Queiroz¹⁸ e do antropólogo Roberto da Matta¹⁹, buscaram compreender o carnaval de forma homogênea. Compartilhando da crítica elaborada por Peter Burke²⁰ a esta forma de análise, entendo o carnaval enquanto uma festa, onde cada grupo participa e experimenta do carnaval a seu modo.

O segundo capítulo é a tentativa de traçar um paralelo entre a cultura política do século XIX e os membros da diretoria das Sociedades Carnavalescas no mesmo período. A partir do cruzamento das informações levantadas na pesquisa de Colaço, contrapostas ao Dicionário Político Catarinense, produzido por Walter Fernando Piazza²¹, e a lista de fundadores encontradas nos sítios de *internet* do Instituto Histórico de Santa Catarina (IHGSC) e da Academia Catarinense de Letras (ACL), tentou-se traçar a importância das Sociedades Carnavalescas para a formação de uma elite que construiu as instituições republicanas neste Estado. Ainda neste capítulo, a pesquisa procurou observar o papel do afro-descendente no carnaval do século XIX, bem como a atuação do Clube Abolicionista, junto as Sociedades Carnavalescas “Bons Arcanjos” e “Diabo a Quatro”.

¹⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro**: o vivido e o mito . São Paulo: Brasiliense, 1992. 237p.

¹⁹ MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro . 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, c1990. 287p.

²⁰ BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²¹ PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994. 871p.

1 BREVE COMPARAÇÃO ENTRE O CARNAVAL DO RIO DE JANEIRO E DESTERRO: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Este capítulo tem como objetivo identificar as Sociedades Carnavalescas, dentro do contexto histórico em que estão inseridas. Para iniciarmos a análise faremos um breve histórico do carnaval no Brasil. Podemos referenciar o carnaval do Rio de Janeiro como o mais expressivo do país, enquanto representativo da Corte do Império, de onde partiam as principais influências do mundo cultural, seguidas pelas províncias. Nesse sentido, quando falarmos do carnaval do Rio de Janeiro, este deverá ser tomado como referencial ao pensarmos no carnaval do resto do país. Em todos os cantos do Brasil brincou-se o carnaval ao modelo da capital, mediante particularidades a exemplo de Desterro.

Para facilitar a análise da comparação, utilizaremos uma cronologia que encontramos em quase todos os estudos sobre o carnaval. Essa maneira de ver o carnaval está mais presente no trabalho “Carnaval Brasileiro: o vivido e o Mito” de Maria Isaura Pereira de Queiroz, considerado um texto referencial sobre o tema. Neste trabalho a autora define três períodos em que se divide a História do Carnaval no Brasil: 1) O Entrudo, 2) O Grande Carnaval e 3) O Carnaval Popular ou Pequeno Carnaval.

A divisão da História do Carnaval nestes três períodos também é encontrada em outros trabalhos.¹ Essa divisão de períodos tornou-se bastante didática, facilitando compreensão dos processos históricos. Porém, trouxe a impressão de separação abrupta entre esses períodos. Reitera-se que os períodos em questão sobrepõem-se, a exemplo do que podemos observar no livro “Ecos da Folia”, de Maria Clementina Pereira Cunha. Por exemplo, no caso do entrudo, ele perdeu força (última década do século XIX), mas algumas de suas características permaneceram e são observadas até hoje nas ruas de todo o Brasil no período da festa de Momo.

¹ Esta divisão temporal também é adotada nos seguintes trabalhos: COLAÇO, 1988; CUNHA, 2001; TRAMONTE, 1996.

1.1 A FOLIA NO RIO DE JANEIRO: UM ESPELHO PARA O PAÍS

O primeiro período do carnaval, apontado pela cronologia de Queiroz, iniciou na chegada da festa ao país no século XVI, com a colonização portuguesa. O festejo que os portugueses trouxeram para a América chamava-se “Entrudo”, que possuía esse nome por ser festejado no período em que se iniciava a Quaresma, correspondendo a uma festa de origem rural. Foi o modo como a festa do carnaval espalhou-se pelo Brasil. Acontecia dentro das casas, ou na rua, com batalhas de água, farinha, ovos podres e cinzas, ou seja, qualquer coisa que sujasse. Esses costumes ainda são observados em trotes de faculdades e universidades pelo Brasil, como também no próprio carnaval, principalmente no carnaval de rua com o “chiste”.

Inicialmente o Entrudo era celebrado nas casas pelas famílias. Festejado nas moradias, tinha como característica as batalhas de água, utilização do limão-de-cheiro², e as batalhas de ovos, farinha, e até mesmo cinzas³. Já o Entrudo praticado na rua, era mais perigoso, pois os foliões das classes populares viam nestas manifestações, a oportunidade de igualarem-se as pessoas de maior poder aquisitivo, já que na rua todos estavam à mercê dos ovos, da farinha e dos limões-de-cheiro. Os populares quando avistavam um estrangeiro, ou uma pessoa bem vestida, indicativo pela aparência de ser de uma classe social mais abastada, não se resumiam ao arsenal costumeiro, mas também utilizavam a urina e a agressão em suas ações, como, por exemplo, o achatamento de cartolas. Esse tipo de comportamento incomodará a elite, e a partir da metade do século XIX, será um dos motivos para a perseguição e extinção do entrudo.

O tema do entrudo e seus foliões foram alvos de um embate colocado pelos colonistas dos jornais de época. Esses periódicos exerciam uma perseguição sistemática, acompanhada por ações das autoridades administrativas e policiais. Tal batalha acentuou-se na década de 1880, no Rio de Janeiro. A campanha contra o entrudo também reforçava a existência das Sociedades Carnavalescas, sempre apoiadas e elogiadas pelos mesmos colonistas, enquanto modelo de organização, luxo e ordem. A extinção do entrudo parecia certa e simbolizava para a elite o fim de

² Limão-de-cheiro é uma bola de cera cheia de líquido perfumado. É do tamanho de um limão, produzido especialmente para o jogo do entrudo.

³ Algumas fontes relatam a utilização de comida nas batalhas do Entrudo. A festa recebe este nome devido sua comemoração celebrar a entrada da quaresma. Por isso é de se pensar que essa característica simboliza um grande banquete, precedendo o jejum ritualístico.

um carnaval arcaico. As raízes portuguesas da festa também eram vistas com maus olhos, já que Portugal ainda tinha sua imagem ligada ao mundo rural. Imagem esta muito distante do sonho da elite imperial, que já sonhava com metrópoles, a exemplo de Paris e Veneza. O carnaval escolhido pela elite, para substituir o entrudo, tem raízes franco-italianas, claro como sonhava a elite.

Na metade do século XIX, a civilidade buscada pelas elites brasileiras foi encontrada no carnaval de Veneza. Nesta época iniciou-se o segundo período da História do Carnaval, denominado por Queiroz como “Grande Carnaval”. Para a elite brasileira que tinha como norte a Europa, a importação do costume de festejar “à la Veneza” encaixou-se perfeitamente em sua perspectiva político-ideológica. Através da criação das “Sociedades Carnavalescas” definiu-se o formato encontrado pelas elites brasileiras de exclusão de grande parte da população dos festejos carnavalescos. Simultaneamente ao seu surgimento, o entrudo foi perseguido e proibido pelas autoridades administrativas e policiais.

A primeira Sociedade Carnavalesca surgida no país, no Rio de Janeiro, em 1855, foi denominada “Congresso das Sumidades Carnavalescas”. Entre seus fundadores encontravam-se os escritores José de Alencar e Olavo Bilac. Estes escritores escreviam versos nos jornais chamados “*pufes*”, que serviam para promover as sociedades carnavalescas nos jornais. As Sociedades Carnavalescas tinham como objetivo produzir a festa, junto a seu associado, durante os três dias de carnaval, variando entre bailes – somente para sócios – e desfiles de carros, chamados de “corso”, em São Paulo – devido aos imigrantes italianos – ou “préstito”, no Rio de Janeiro. Esses desfiles eram divididos entre os “desfiles de família”, onde a presença de mães e filhas dos associados eram permitidas sem nenhum constrangimento. Ou, ainda, quando os destaques dos carros deixavam de ser as mães e filhas da elite e passavam ser as amantes e as profissionais do cabaré, quando a proibição da participação estendia-se as mulheres de família. Durante esses desfiles era proibido o festejo do entrudo. Porém acabava o desfile e as pessoas iniciavam as batalhas de limões-de-cheiro.

A civilidade da festa podia ser observada na música que embalava os desfiles de carros das sociedades. A ópera era a sonoridade que acompanhava essas primeiras Sociedades Carnavalescas. As Sociedades, no caso, não possuíam banda própria. Então contratavam os serviços de terceiros – as associações musicais – para animarem seus desfiles e bailes. As bandas contratadas tocavam *polkas*, e em

alguns bailes até *allegros* e *prestos*, gêneros associados à música erudita. No entanto, muito cedo outras expressões musicais somaram-se aos desfiles, inclusive e especialmente manifestações populares, a exemplo dos chamados “Zé Pereiras”.

A origem do zé pereira é creditada, pela historiografia do carnaval, ao português José Nogueira de Azevedo Paredes. O objetivo dele era brincar o carnaval com os amigos. Vestiu uma fantasia qualquer e pegou um bumbo. Foi para a rua e logo havia foliões atrás do zé pereira. O zé pereira representou uma diferenciação do Entrudo festejado em Portugal e o celebrado aqui no Brasil. Por ser uma manifestação popular, o zé pereira era visto com um certo preconceito pelas elites. Mas logo que as Sociedades Carnavalescas realizavam seus préstitos incorporaram os zé pereiras. Esta incorporação ocorreu com a civilização dos mesmos, que se dava com a inserção de novos timbres, a exemplo do sopro e cordas. Os zé pereiras desfilavam semanas antes precedendo e anunciando o carnaval. Sua influência ainda podem ser percebidas em caracterizações do carnaval da atualidade, a exemplo o “bloco de sujos”⁴.

Uma outra manifestação popular que diferenciava o Entrudo original, do nacional era o “Cucumbi” ou “Cacumbi”. Esta manifestação está ligada diretamente aos afro-descendentes e sua religiosidade. Ali cantavam e dançavam, mostrando já um certo sincretismo com a cultura indígena. O cucumbi difundiu-se por todo o Brasil e em cada lugar, a manifestação adaptou-se as especificidades da vida do cativo e da comunidade afro-descendente e mestiça.

Ao final do século XIX o Rio de Janeiro passava por uma reforma urbana, encabeçada pelo, então prefeito Pereira Passos. O processo reformista excluiu definitivamente as chamadas “classes perigosas”⁵ do centro da cidade. Esses excluídos habitavam os cortiços do centro da cidade, e para as autoridades da época eram os responsáveis pelas epidemias e doenças que ocorriam na época. A população dos cortiços era composta principalmente por lavadeiras e trabalhadores do comércio do centro da cidade. Essa classe já não podia brincar o carnaval, sob o risco de serem presas, tiveram suas casas demolidas, sob o pretexto de higienizar a

⁴ “Bloco de sujos: grupo ocasional de animados foliões propositadamente desorganizados, fazendo carnaval de rua na base do improviso, sem fantasias ou com disfarces disparatados, fazendo-se animar por uma excêntrica batucada constituída de latas vazias que possam provocar ruídos dissonantes.” (NICEAS Apud TRAMONTE, 1996)

⁵ Sidney Chalhoub afirma que: “[...] o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de ‘classes perigosas’ no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais” (1996:20-23).

cidade, que ficou conhecido como “Bota-Abaixo”. Observamos aí o início do terceiro período da História do Carnaval, delineado por Queiroz. É o período da criação dos “ranchos” e “cordões”, ou seja, da popularização do carnaval.

Para identificar e diferenciar os “ranchos”, dos “cordões” citarei Maria Clementina Pereira Cunha:

“Embora muitas semelhanças possam ser detectadas entre elas, em especial a origem social de seus componentes, recrutados nos morros, subúrbios e arrabaldes ou entre as profissões braçais, há diferenças marcantes entre as duas formas de brincar, facilmente perceptíveis nas descrições de seus respectivos desfiles e ensaios empreendidas pela imprensa. Por exemplo: ranchos usavam alegorias sobre carroças, mesmo que em escala menor que as sociedades, enquanto os integrantes dos cordões, com suas variadas fantasias, seguiam invariavelmente no chão, a pé; os cordões caracterizavam-se sobretudo pela percussão acompanhada de cantoria, na qual um ou dois dançarinos vestidos de índios entoavam a copla, e o coro em uníssono repetia o estrebilho (ou chula), por vezes acompanhado apenas por cavaquinho e violão, mas os ranchos harmonizavam seu canto, apresentavam-se com percussão leve (pandeiros, castanholas, etc.) e com volume instrumental considerável, que incluía cordas e sopro (do que resultava a diferença musical entre as marchas-ranchos e o batuque sincopado dos cordões); a presença de mestres de canto ou de harmonia era, assim, marca característica dos ranchos, tendo em vista a necessidade de ensaios mais estruturados para suas apresentações – ao passo que os cordões contavam muitas vezes com um mestre-de-pancadaria, a quem cabia afinar o ritmo da percussão; nos ranchos, o destaque era dado pela forte presença feminina – as saloias ou pastoras, que dominavam o diapasão do canto e do desfile enquanto os cordões, embora nem sempre excluíssem as mulheres, eram predominantemente masculinos em suas saídas à rua.”⁶

Assim observamos a forte influência dos ranchos na formação das Escolas de Samba que conhecemos hoje. As características herdadas dos ranchos extrapolam as fantasias, alegorias e organização da “bateria”, a principal mudança que irá mudar a imagem dos ranchos e do carnaval foi a temática única. Nos desfiles das sociedades eram abordados assuntos diferentes no mesmo desfile. Os ranchos trazem um só enredo a ser desfilado por todos os componentes.

O surgimento dos ranchos e cordões coincide com o deslocamento dessas classes populares/trabalhadoras do centro para a periferia das cidades. Observamos que no Rio de Janeiro seu surgimento ocorreu no início do século XX, tendo seu expoente máximo fundado em 1908, o rancho “Ameno Resedá”. Esse rancho tornou-se referência por realizar desfiles temáticos, diferenciando-se das

⁶ CUNHA, op. cit., p. 152

Sociedades Carnavalescas e dos demais ranchos, que abordavam vários temas no mesmo desfile. O Ameno Resedá foi apontado como o grande inspirador para a formação das Escolas de Samba.⁷

Mesmo sendo produzida num momento posterior, podemos observar no desenho de Cecília Meireles reminiscências dos primeiros cordões do século XX. Características como os estandartes, que abriam passagens dos cordões e instrumentos de percussão, que vinham encerrando o desfile. Observa-se também o uso de lanternas, pois o acesso a energia elétrica não era compartilhada por todos. E a utilização da lira como símbolo musical e de festa. Este estudo de Cecília Meireles simboliza e ilustra um cordão do início do século, precursores dos blocos carnavalescos.

⁷ CUNHA, op. cit., p. 224

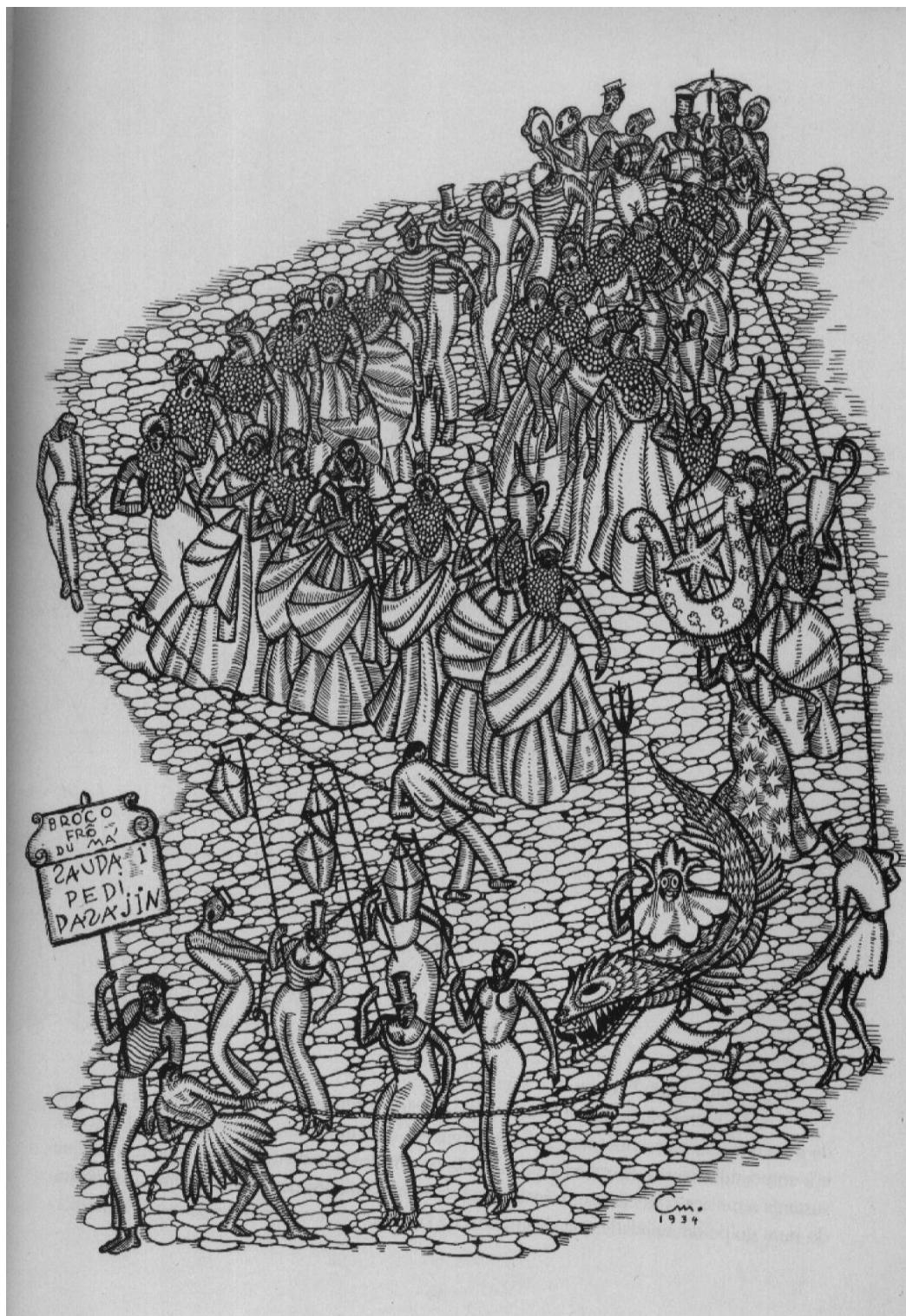


Figura 1 – Brocó Frô du Má – Cordão Carnavalesco – Cecília Meireles⁸

⁸ Imagem retirada da coleção de aquarelas pintadas por Cecília Meireles: MEIRELES, Cecília. **Batuque, samba e macumba: Estudos de gesto e de ritmo 1926-1934.** São Paulo: Martins Fontes, 2003

1.2 AS SOCIEDADES CARNAVALESCAS EM DESTERRO



Figura 2 – Préstito da Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos - 1886⁹

O carnaval em Desterro aproxima-se de várias maneiras do carnaval celebrado na Capital do Império Brasileiro. Igualmente, o Entrudo era a festa que imperava no carnaval até o século XIX. Em 1855 a prática do jogo era livre em Desterro, como podemos observar na notícia do jornal *O Conservador*, porém com um julgamento moral da festa.

“Sim, atualmente joga-se o entrudo, porém com moderação, respeitando-se a moral pública e o interior do asilo das famílias não é invadido com tanta audácia e descaramento!”¹⁰

As repressões para com a manifestação do Entrudo em Desterro datam da década de 1830. Os Códigos de Postura da cidade registravam já em 1832 a

⁹ Imagem retirada do encarte do LP 150 Anos de Alegria: Carnaval na Ilha. Produzido pela Propague /UFSC.

¹⁰ *Jornal O Conservador*, 23 de Fevereiro de 1855. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

proibição da brincadeira,

“Fica proibido o jogo do Entrudo dentro do município, qualquer pessoa que publicamente o jogar, incorrerá na pena de 2\$000, a 8\$000 de condenação, e não tendo com que satisfazer sofrerá de dois a seis dias de prisão. Sendo escravo sofrerá seis dias de cadeia, caso o Sr. não mande castigar com 50 açoites, devendo uns e outros infratores serem conduzidos pelas rondas policiais à presença do juiz para julgar a vista das partes, e testemunhas que presenciam a infração.”¹¹

Em 1857 a brincadeira do Entrudo foi liberada, mas com restrições, como do impedimento dos escravos brincarem e, também, a regulamentação da fabricação e venda dos limões-de-cheiro.

“É permitido às pessoas descentes o antigo uso do (sic) Entrudo, somente nos três dias de costume, empregando para isso os limões-de-cheiro, devendo os vendedores tanto das lojas, tabernas, armazéns e os que venderem ou mandarem vender pelas ruas, tirar licença da Câmara, pelo que pagarão 2\$000 réis por taboleiro, se conformidade da Lei Provincial nº 380, aos que não tiverem tirado pagarão 6\$000 réis de multa. Fica absolutamente proibido usar outra coisa para tal divertimento que não sejam os limões. Não se consentirá que os cativos andem nas ruas ocupadas neste divertimento, de qualquer maneira que ele seja, sob pena de 24 horas na cadeia.”¹²

O papel das autoridades policiais no carnaval em Desterro foi além da coerção e controle para com os foliões do Entrudo. Como podemos identificar na notícia a seguir do jornal O Despertador, era função da força policial proteger as Sociedades Carnavalescas. As ruas de Desterro, durante o carnaval, não eram tão seguras.

“A polícia deve tomar a sério tão grave desacato, responsabilizar o seu autor ou autores, que arrogando-se atribuições autoritárias, e antepondo-se à polícia, humilharam-na, infringiram a lei e afrontaram as sociedades, quebrando-lhes em plena rua as imunidades que têm.”¹³

No avançar do tempo a participação popular foi crescendo. As batalhas e brincadeiras passaram também a ser uma espécie de desforra para os populares.

¹¹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofício do Presidente da Província para Câmara Municipal, postura da Câmara Municipal. Desterro, 26 de julho de 1832.

¹² Santa Catarina. Leis, Decretos, etc. Resolução nº 429, Art. 130, cap. XII, rendas municipais. Desterro, 28 de março de 1857. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

¹³ Jornal O Despertador, 22 de Fevereiro de 1882 - Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

No ano de 1859 o entrudo é proibido definitivamente.

“Artigo Único – Fica expressamente proibido o jogo chamado de Entrudo pelo menos que era permitido segundo as disposições do art. 122 do Código de Posturas; e sujeitos os infratores à multa de 10 mil réis, e o dobro nas reincidências.”¹⁴

O entrudo tornou-se, então, definitivamente um caso de polícia. Mesmo assim ainda acontecia indiretamente, quando observamos a guerra de confete nas Grandes Sociedades. Hoje, em essência, pode ser percebido ainda quando crianças brincam o carnaval utilizando *spray* de espuma.

É interessante pensar a questão moral, que perseguiu o entrudo. Quando a brincadeira era compartilhada “anarquicamente” por todos, havia um discurso de imoralidade partindo da imprensa, julgando o entrudo como um mal a ser combatido pela sociedade Desterrense. Mas quando o carnaval das Sociedades Carnavalescas reproduziu estes costumes dentro de seus salões, ou em seus desfiles pelas ruas, foi considerado algo bonito ou de bom gosto.

Não diferente da capital nacional, Desterro incorreu em características semelhantes quando do surgimento das sociedades carnavalescas. Na década de 1880 iniciou-se a disputa entre os partidários da sociedade carnavalescas e os foliões que ainda insistiam no entrudo. É nesse período que se intensifica uma campanha nos jornais do Rio de Janeiro e também nos jornais de Desterro. Os jornais utilizados nesta pesquisa foram aqueles que tinham sua circulação em Desterro, no século XIX: O Despertador, O Conservador, O Cruzeiro do Sul, Mercúrio, A Regeneração, Jornal do Comércio e Matraca.¹⁵

“Tendo sido nós os primeiros que levantamos a voz na propaganda contra o brutal entrudo simbolizado na estúpida usança de atirar água, e a favor de alegre carnaval, não podemos deixar de agradecer a todas as sociedades e Clube que aceitarão a nossa idéia transformando-se em outras tantas sociedades carnavalescas.”¹⁶

¹⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofícios da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Desterro, 29 de março de 1859. (mss.)

¹⁵ Para uma discussão sobre a imprensa em Santa Catarina ver PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. 105p

¹⁶ Jornal O Despertador, 21 de Fevereiro de 1879 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O pesar das tintas produz um discurso homogêneo contra o entrudo, pelo menos por parte de uma elite mandatária. Observamos na nota do jornal *O Cruzeiro do Sul*, que essa elite formada por “gente grã-fina” era a responsabilizada por modificar e traçar novos rumos para os folguedos populares.

“A Sociedade ‘Carnaval Desterrense’, que já foi referida acima, quando das modificações que se pretendeu introduzir nos folguedos carnavalescos, abolindo o Entrudo, deve ter sido fundada em 1858, não possuindo eu qualquer referência anterior a essa data, nem de outro clube que lhe fôsse mais antigo. Era clube de gente grã-fina, dirigida por um médico, um deputado, oficiais de marinha e exército – e se vinha à rua era para ver se podia introduzir novos rumos aos folguedos populares, numa tentativa de impor seus gostos e não o de acompanhar a tradição. Seus bailes como de outras sociedades dançantes, reunia a alta roda e realizavam-se, em geral, no Quartel do Campo do Manejo. Em 1859, não podendo, não sei porque motivo, ali realizá-los, o Presidente da Província espontaneamente ofereceu à diretoria o próprio Palácio do Governo, tendo sido aceito o oferecimento e nêles realizados os bailes.”¹⁷

No Brasil, as sociedades carnavalescas tiveram como seus precursores, em meados da década de 1850, no Rio de Janeiro os grupos “Congresso das Sumidades Carnavalescas” e a “Sociedade União Veneziana”. Em Desterro, a notícia citada acima relata o surgimento da primeira sociedade carnavalesca em Santa Catarina, a “Sociedade Carnaval Desterrense”.

A transformação do carnaval, cunhada pela elite, culminou na criação das Sociedades Carnavalescas. O surgimento destas sociedades, como demonstrou a notícia do jornal *Cruzeiro do Sul* citado anteriormente, foi uma tentativa de dar novos rumos aos folguedos de Momo. O período do Segundo Império no Brasil será marcado entre outros, pela tentativa de construção de uma nação civilizada. Por esta, entre outras razões, políticas públicas, dirigidas por pensamentos eugenistas, tiveram espaço na intelectualidade brasileira. A tentativa de “civilização” do carnaval acontecerá pela extinção do entrudo e a promoção das Sociedades Carnavalescas.

O pensamento eugenista no Brasil confundiu-se de certa forma com a lógica/prática da higienização. Para uma certa parte da elite intelectual brasileira foi necessário purificar a raça brasileira, na busca por uma “nação forte”. Essas idéias começaram a tornarem-se políticas públicas ainda no Império, especialmente exaltando a tentativa de embranquecimento da população, através da imigração de europeus para o território brasileiro. Buscou-se através do cruzamento entre

¹⁷ Jornal *O Cruzeiro do Sul*, 03 de Março de 1859 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

diferentes etnias com o fenótipo branco, o embranquecimento da população, já que os mestiços e negros eram vistos por estes intelectuais como a degeneração da raça humana. O Estado de Santa Catarina foi profundamente atingido por esta política, sendo o destino encontrado por alemães e italianos para estabelecer suas colônias. Esta colonização veio suprimir a cultura e a identidade de etnias já existentes, no caso dos negros e dos índios. Ainda hoje, Santa Catarina é identificada como o estado mais europeu do Brasil, desconsiderando-se outras populações que vivem aqui.¹⁸ Logo as Sociedades Carnavalescas foram parte das, entre muitas, “ferramentas” desta política higienista.

Estas Sociedades, assumindo o papel de educar e higienizar as ruas no período do carnaval, trazia em seus bailes e desfiles as sonoridades e modos de matriz européia. Como vimos, no caso da capital, os gêneros escolhidos são as *polkas*, as valsas e outras manifestações ligadas à música erudita. O mesmo podia ser percebido nos timbres que embalavam os bailes e comemorações.

“Às horas tantas, o piano, ou então a orquestra – uma orquestra suave, de piano, violinos, clarinetes e contrabaixos de cordas, sem coisa de saxofones, trompetes e bateria polivalente, nem estridências que fazem a cacofonia atual.”¹⁹

Porém essa musicalidade, como na capital, incorporou em seus desfiles o zé pereira. A incorporação deste elemento pelas sociedades carnavalescas é observada alguns dias antes ou no primeiro dia dos folguedos, como se abrisse alas para o carnaval.

“Era o Zé Pereira da Diabo a Quatro que saía da Caverna Izabelina. Eu sou muito curioso e queria vê tudo tim-tim por tim-tim, mas... empurrão daqui cotovelada dacolá, vi-me obrigado a fugir daí e procurar melhor comodo.”²⁰

¹⁸ Para saber mais ver: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade . [Florianópolis] :: Letras Contemporâneas, 1996. e PEDRO, Joana Maria. **Negro em terra de branco**: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX . Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 64p.

¹⁹ CABRAL apud COLAÇO, p. 38

²⁰ Jornal do Comércio, 17 de Fevereiro de 1885 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Patrícia Teixeira Souza em seu Trabalho de Conclusão de Curso em Artes Cênicas, defendido em 2006 no Centro de Artes da UDESC²¹, define o cacumbi como:

“[...] uma manifestação ligada aos descendentes de africanos no Brasil e também ao catolicismo negro popular. Acontece entre os meses de setembro e dezembro com clímax nos dias de Natal. É chamado de Natal Negro e, sua realização, Volpato, ‘tem o sabor da conquista: não faz muito tempo que os negros da comunidade só podiam comemorar o Natal no dia 26, depois do ‘Natal dos brancos’”.²²

O cacumbi estava presente na cultura catarinense desde o século XIX, devido as Irmandades Religiosas de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Porém não achamos nenhum registro dessa manifestação nos jornais de época. Sua emergência só foi percebida no século XX. No caso o Cucumbi de Itapocu (localizado próximo a cidade de Joinville) e o do Capitão Amaro (localizado no Morro da Caixa, em Florianópolis). Estas celebrações ocorriam no fim do mês de dezembro, em data próxima ao Natal. Os rituais do cacumbi em Santa Catarina estão muito mais ligados ao mundo do sagrado, do que ao profano como acontecia no Rio de Janeiro no século XIX. Por acontecerem próximo ao Natal, as práticas desta manifestação em Santa Catarina envolviam primeiramente como preparação da festa no mês de Setembro, o convite e a arrecadação de prendas para a festa em Dezembro. No dia 24 de dezembro acontecia a procissão onde a Imagem da Nossa Senhora do Rosário, as bandeiras e as coroas eram levadas à casa do Rei e Rainha escolhidos anteriormente na comunidade.²³

O entrudo, em Desterro, foi festejado até a segunda década do século XX. As Sociedades Carnavalescas existem até hoje, ainda que, com outra função. No ano de 2007, com o apoio do poder executivo local, as Sociedades Carnavalescas retornaram ao carnaval de Florianópolis.

“A novidade do Carnaval de Florianópolis este ano será a volta das sociedades, com seus carros de mutação. Além delas, as escolas de samba aguardam a liberação de verbas por parte do governo municipal e estadual. Os blocos também estão se programando para fazer uma bela festa. A volta da Tenentes do Diabo, da Granadeiros da Ilha e do Limoeiro, depois de quase 18 anos suspensos, deve marcar a folia.

²¹ SOUZA, Patrícia Teixeira de; **Cacumbi, catumbi, quicumbi, ticumbi** : uma análise dos elementos teatrais contidos nesta manifestação afro-brasileira de Santa Catarina. 2006. 61 p. Monografia (graduação) – CEART/UDESC.

²² Ibid, p. 31.

²³ ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleidi. **Cacumbi**: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina . Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria da Cultura e do Esporte, 1990. (p. 34-37)

A Secretaria de Turismo de Florianópolis começou a distribuir os recursos previstos para ajudar as escolas de samba e as sociedades. Na quinta-feira, cada uma das quatro escolas recebeu R\$ 50 mil para compra de materiais, pagamento de mão-de-obra e outras despesas que garantem o desfile, marcado para dia 17 de fevereiro. As duas sociedades foram beneficiadas na sexta-feira, com a liberação de R\$ 20 mil para cada uma, e outra parcela de mais R\$ 10 mil deve ser liberada ainda em janeiro, assim como as parcelas que faltam para as escolas de samba.

Mesmo começando muito tarde a organização e montagem dos carros de mutação, a Granadeiros da Ilha e a Tenentes do Diabo esperam fazer um retorno com muita beleza e empolgação. Na quarta-feira da semana passada, foram comprados os materiais para iniciar o trabalho de montagem, que está sendo feito no galpão cedido no bairro Itacorubi. Segundo o presidente da Granadeiros, Sérgio Murilo Xavier, a conquista das sociedades de voltar, depois de tanto tempo fora do cenário, demonstra a retomada da história e tradição do povo ilhéu. "É a nossa cultura e não podemos deixar morrer", comentou Xavier, que com seus familiares trabalha para a retomada dos carros de mutação.

O assessor de eventos da Secretaria de Turismo, Tiago Silva, garante que a Prefeitura está trabalhando para a realização de um grande evento. 'Estamos resgatando o Carnaval de Florianópolis, investindo nas sociedades, nas escolas e no concurso dos blocos', comenta. Ele conta que esta semana, os técnicos da Secretaria estão visitando a passarela Nego Quirido para avaliar as obras para melhoria na estrutura para o Carnaval do ano que vem.

Enquanto isso, as escolas de samba estão apreensivas quanto ao tempo e o dinheiro necessários para a montagem dos carros e fantasias. Carlos Henrique Bittencourt, presidente da Protegidos da Princesa e da Liga das Escolas de Samba de Florianópolis (Liesf), ainda reorganiza a escola, que sofreu um incêndio em meados de dezembro. No antigo prédio da boate Lupus, na SC-401, a estrutura elétrica e hidráulica está sendo adequada para que as 50 pessoas voltem a trabalhar na montagem dos carros alegóricos.

"Estamos aguardando os recursos para comprar material, mas nossa situação é de desespero, pois não recebemos doação de material e nem dinheiro. Estamos aceitando material para os carros", pede ele. Carlão informa que a escola terá de dobrar o número de pessoas envolvidas na produção para dar conta e preparar tudo até fevereiro."²⁴

Com o objetivo de trazer algo novo para o carnaval, na tentativa de fomentar o turismo, as Sociedades Carnavalescas, a exemplo da "Granadeiros da Ilha", "Tenentes do Diabo" e "Limoeiro" colocaram os seus carros de mutação na passarela Nego Quirido. Mas, no entanto, sem associados e sem a pompa dos desfiles no período da virada do século XIX para o XX.

A diferenciação entre Sociedade Carnavalesca e Escola de Samba vai da estrutura administrativa até as características dos desfiles. No que tange a estrutura administrativa as Sociedades Carnavalescas tem seus associados fixos e eles

²⁴ REMOR, Débora. Sociedades voltam a desfilar no Carnaval depois de 18 anos. A Notícia, Joinville 09-01-2007.(retirado do sítio do A Notícia <http://www.an.com.br/ancapital/2007/jan/09/1ger.jsp> acessado em: 13/06/2008)

desfilam nos préstitos e corsos. Já nas Escolas de Samba além de ser uma comunidade que constitui a administração da escola, o desfile é aberto a aqueles que queiram participar, tendo que comprar sua fantasia, ou acompanhar os ensaios da bateria. O que diferencia os desfiles, as Sociedades seus integrantes desfilam em cima dos carros alegóricos ou de mutação²⁵, não há desfile de fantasias a pé. Nas escolas de samba há o desfile no carro alegórico e no chão. Mas a diferença fica nítida quando falamos da musicalidade de ambos desfiles. As sociedades utilizavam banda terceirizada que tocavam *polkas* e gêneros ligados a Europa, a percussão era pouco utilizada, diferentemente das escolas de samba que se apoiam na percussão em seus desfiles, utilizando instrumentos de corda levemente, só para harmonizar.



Figura 3 – Carro de Mutação da Sociedade Carnavalesca Filhos de Minerva – Início do século XX²⁶

De 1858 a 1899 em Desterro existiram 34 sociedades carnavalescas. Não foi possível estabelecer nesta pesquisa o término de suas atividades. Não havia uma constância em suas atividades, simbolizando uma inconstância nas atividades das

²⁵ Carros de mutação são veículos alegóricos que durante o desfile apresentam evoluções, onde objetos e figuras que compõem o carro transforma-se em outra alegoria ou fantasia, correspondendo ou não a temática, já estabelecida para o carro.

²⁶ Imagem pertencente ao acervo audiovisual da Casa da Memória, acervo Silvio Ferrari.

mesmas. Como podemos observar na tabela abaixo:

Sociedades Carnavalescas	Ano de Atividade²⁷
<i>“Sociedade Carnaval Desterrense”</i>	1858 a 1861
<i>“Sociedade Harmonia Carnavalesca”</i>	1858 e 1863
<i>“Sociedade União Carnavalesca”²⁸</i>	1858, 1861, 1868 e 1871
<i>“Sociedade Recreio Carnavalesco”</i>	1859 a 1861 e 1868
<i>“Sociedade Carnavalesca Netos do Diabo”</i>	1861, 1896, 1898 e 1899
<i>“Sociedade Carnavalesca Pantomineiros”</i>	1896
<i>“Sociedade do ABC” ou “Grupo dos Flautas”</i>	1863 e 1882
<i>“Sociedade União Improvisada”</i>	1863
<i>“Sociedade Carnavalesca dos Artistas”</i>	1868
<i>“Sociedade Bailante Recreio Familiar”</i>	1861 e 1869
<i>“Sociedade Pagode Carnavalesco”</i>	1870
<i>“Sociedade Carnavalesca os Democratas”</i>	1872 a 1874, 1889 e 1893
<i>“Sociedade Carnavalesca Romeiros da Alegria”</i>	1873
<i>“Sociedade Beduínos Carnavalescos”;</i>	1877 a 1879
<i>“Sociedade Carnavalesca Companheiros do Silêncio”</i>	1879
<i>“Sociedade Carnavalesca Filhos do Purgatório”</i>	1879
<i>“Sociedade Carnavalesca Filhos do Satanás”</i>	1879
<i>“Sociedade Carnavalesca Diabo à Quatro”</i>	1879 a 1891
<i>“Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos”</i>	1879 a 1891
<i>“Sociedade Democrática Bailante Carnavalesca”</i>	1882
<i>“Sociedade Estrela do Oriente”;</i>	1882
<i>“Sociedade Carnavalesca os Carambolas”</i>	1882
<i>“Sociedade Carnavalesca Tenentes do Diabo”</i>	1882
<i>“Sociedade Carnavalesca União Artística”</i>	1882 e 1883
<i>“Sociedade do Pau Grande”</i>	1883
<i>“Sociedade Carnavalesca dos Silenciosos”</i>	1887 e 1888
<i>“Grupo dos Críticos”</i>	1887
<i>“Grupo dos Silenciosos e Violas”</i>	1887
<i>“Sociedade Carnavalesca da Praia de Fora”</i>	1889
<i>“Sociedade Carnavalesca Ganchos do Oriente”</i>	1891
<i>“Grupo dos Pândegos”</i>	1893
<i>“Grupo Treme-Terra”</i>	1893
<i>“Grupo Carnavalesco Momista”</i>	1899
<i>“Grupo Carnavalesco Saca-Rolha”</i>	1899

Porém o carnaval nunca foi perene, houve durante toda a história do Carnaval em Desterro poucas interrupções na continuidade da festa, mesmo com a instabilidade das diretorias das Sociedades. É importante salientar que os festejos,

²⁷ Tabela formulada com os dados da pesquisa realizada pela professora Thaís Luzia Colaço em sua Dissertação de Mestrado em História.

²⁸ Resultado da fusão entre a “Sociedade Carnavalesca Desterrense” e a “Recreio Carnavalesco” em 1861

em certos momentos não ocorreram devido a fortes chuvas(século XIX) ou questões políticas(década de 1990). Oswaldo Rodrigues Cabral disserta sobre a origem desta volatilidade do carnaval de maneira divertida: “E vai ver que foi desde êsse tempo, para compensar a falta do Entrudo, que deu em chover todo o Carnaval, aqui no Desterro...”²⁹.

Estas inconstâncias das diretorias das sociedades carnavalescas fizeram com que os bailes carnavalescos fossem realizados em espaços alugados ou emprestados como clubes, teatros e até mesmo casas. No segundo carnaval da “Sociedade Carnaval Desterrense”, a primeira a ser fundada em Santa Catarina, o espaço para a realização do baile foi o Palácio do Governo.³⁰

A mudança do espaço da festa é essencial para pensarmos o início da exclusão de uma parcela da população dos festejos do “verdadeiro carnaval”. No entrudo o espaço da rua era público, pois todos que pela rua passeavam eram integrados como foliões e estavam a mercê das batalhas de água, farinhas e afins. Com a mudança para os espaços fechados nos festejos de carnaval, as pessoas que não podiam tornar-se membros das sociedades, estavam excluídas dos festejos de carnaval. Ocorreu o mesmo problema com os desfiles das sociedades. Antes da formação destas, os foliões, independente da classe social, poderiam participar da festa. Temos que lembrar que a generalização, neste caso, é difícil de se fazer, já que podemos encontrar relações de reciprocidade onde possibilita a circulação de pessoas por espaços limitados a elas. É só pensar no caso dos músicos, que não pertencem nem as classes populares e nem as elites, porém participam de ambas as festas, transitando pelos dois mundos da folia. Com a criação dos desfiles de carros com alegorias, as pessoas que não participavam das Sociedades transformavam-se em meros espectadores. Importante salientar que o entrudo e as Sociedades Carnavalescas não aconteciam dissociados um do outro. Por muito tempo, ocorriam concomitantemente nos festejos de Momo. O Entrudo só parava para o desfile das Sociedades Carnavalescas, terminando o desfile começava a “molhadaeira”.

²⁹ CABRAL, op. cit., p. 231

³⁰ COLAÇO, op. cit., p.40



Figura 4 - Banda da Sociedade Amor a Arte - 1908³¹

Os festejos das Sociedades Carnavalescas não aboliram por completo os costumes do Entrudo. As batalhas dentro dos salões, agora, eram de confetes, mas também havia ainda um resquício de molhadeira, mesmo porque a polícia não conseguia, mesmo com forte repressão, abafar os foliões mais empolgados. Como já vimos anteriormente a repressão não conseguiu exterminar por completo o Entrudo, podemos dizer isso pelas notícias que circulavam na época.

“Vimos, na mão de alguns rapazes, colossais seringas de folha de Flandres, capazes de apagar um incêndio. Seria bom que o Dr. Chefe de polícia fizesse apreender tais instrumento, que nos parece estão compreendidos nos que as posturas municipais proíbem.”³²

A imprensa dirigia o seu discurso para uma parcela da população, a elite. Mesmo que tentasse dirigir o discurso as classes populares, haveria um problema: a população que compunha essa classe era desprovida de maior instrução e/ou escolaridade. Neste sentido, a imprensa tornou-se um elemento importante na tentativa de representar as Sociedades Carnavalescas sob um perfil formativo que

³¹ Imagem retirada do sítio da internet: <http://ufsc.br/~esilva/Albuns.html> (acessado em 19/06/2008)

³² Jornal O Despertador, 02 de Janeiro de 1884 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

acentuava a diferença e a exclusão entre os grupos sociais, apontando comportamentos desviantes e exaltando a ordem.

“Não podemos de deixar, neste momento, de levantar um voto de louvor a Ilma. Câmara Municipal de Desterro, bem como ao distinto chefe de polícia, que soube fazer cumprir a postura relativa ao Entrudo. Ainda Bem! Que possuímos caráter como o do Sr. Dr. José Joaquim Fernandes Torres!”³³

Portanto podemos pensar a criação das Sociedades Carnavalescas como a tentativa de “civilizar” os festejos de Momo. Medida pedagógica esta que teria seu fim em criar uma nação europeizada nos trópicos. Mas por outro lado, sabemos que muito mais que substituir, ocorreu uma incorporação de algumas características do carnaval popular aos novos costumes de um carnaval veneziano. Assim as Sociedades Carnavalescas terão um papel fundamental para entender as ideologias e também o cotidiano das sociedades desterrense e brasileira nos fins do século XIX.

Ampliando a abordagem desenvolvida por Thaís Luzia Colaço, em sua dissertação de mestrado em História, que teve o carnaval em Desterro no século XIX, como temática, e que analisa as Sociedades Carnavalescas sob a ênfase do divertimento. Procuro compreender as sociedades como um espaço de sociabilidade, onde é possível perceber além do lazer, a formação da malha do poder político, que constituirá as primeiras fileiras do partido e instituições republicanas em Santa Catarina. Tais quais o IHGSC (Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina) e os cargos do executivo e legislativo do poder republicano.³⁴

No fim do século XIX o carnaval de Desterro entra num descompasso com o carnaval da Capital do Império, Rio de Janeiro. Em Desterro, as reformas urbanas, ocorreram na segunda década do século XX. Antes as “classes perigosas” concentravam-se no bairro da Figueira e nas proximidades da Capitania dos Portos, onde hoje encontramos a Avenida Hercílio Luz. A criação desta avenida e a canalização do Rio da Bulha, onde as lavadeiras tinham seu ambiente de trabalho, é o marco da fronteira social estabelecida em Florianópolis pela reforma urbana.

³³ Jornal A Regeneração, 22 de Fevereiro de 1880 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

³⁴ Esse assunto será abordado no capítulo 2.1 - A Política no Império.

Temos a partir deste momento estabelecido no mapa social de Florianópolis, a seguinte fronteira: da avenida em sentido ao centro observamos casas bem estruturadas, com algum poder aquisitivo. Já para o sentido oposto da avenida as habitações eram das classes populares, com poucas entradas de ar, e muito pequenas. Como descreve a historiadora Rosângela Miranda Cherem, no ensaio “Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina.”, contido no livro “História de Santa Catarina no século XIX”³⁵

“A partir destas mesmas fontes, é possível compreender a existência de uma certa espacialização social. Enquanto no centro se localizava o comércio e a administração pública, nas franjas desta área se registrava a presença de outros segmentos sociais, que habitavam cortiços ou casas muito pequenas, geralmente superlotadas. Próximo ao Rio da Bulha moravam as lavadeiras, mendigos e soldados. No bairro da Toca moravam os pescadores, na Figueira, marinheiros e meretrizes. Quanto ao mundo rural da Ilha, continuava pobre e pebleu.”³⁶



Figura 5 - Obras de canalização do Rio da Bulha, atual Av. Hercílio Luz – 1919³⁷

³⁵ BRANCHER, Ana Alice; AREND, Silvia Maria Fávero. História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. 347p.

³⁶ CHEREM, 2001, p. 299

³⁷ Imagem retirada do livro: SILVA, Adolfo Nicolich da. **Ruas de Florianópolis: resenha histórica.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999. 143p.

Em Desterro, logo após a reforma urbana da década de 1920, os afro-descendentes fundaram as “Sociedades Bailantes”, que assemelhavam-se as Sociedades Carnavalescas da elite branca, sob diversos aspectos, especialmente quanto ao rigor na etiqueta. A autora Cristiana Tramonte, no livro “O Samba Conquista Passagem”, relata: “Este rigor devia-se em parte, às tentativas de reagir às avaliações negativas dos brancos sobre os negros, resultado do forte preconceito racial...”³⁸, tal relato indica que o “mimetismo social” praticado pelos negros era uma estratégia já conhecida há tempos, apontando para o caso da capoeira e do sincretismo religioso.³⁹ Com isso, retarda-se a formação de blocos, como os ranchos e cordões, que só irão formar-se em fins da década de 1930. É o caso do primeiro bloco de carnaval, surgido em 1938, os “Filhos da Lua”. No mesmo período, no Rio de Janeiro, estão se formando as escolas de samba. No caso de Desterro, estas só se formarão em meados da década de 1950.

1.3 “SOCIEDADE CARNAVALESCA DIABO A QUATRO” E “SOCIEDADE CARNAVALESCA BONS ARCANJOS”



Figura 6 - Relação entre as Sociedades Carnavalescas - *Jornal MATRACA*, 11/02/1888⁴⁰

³⁸ TRAMONTE, op. cit., p.83

³⁹ Ibid, p.83

⁴⁰ Foto retirada em 19/06/2008 pelo autor, junto ao acervo de jornais da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

As Sociedades Carnavalescas no século XIX foram utilizadas como uma “ferramenta pedagógica” pelas autoridades. O alvo dessas políticas eram as classes populares/trabalhadoras. O objetivo desta política era a inserção compulsória destas “classes perigosas”, no novo *modus-vivendi*. Tendo como um horizonte de expectativa, uma nova nação.

Para exemplificar melhor essas sociedades e centrar melhor a pesquisa, tomarei como objetos de estudo desta monografia a “Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro” e a “Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos”. A escolha destas Sociedades explica-se pelo maior tempo de duração, dentre todas as existentes no século XIX. Ambas mantiveram suas atividades por doze anos consecutivos, entre 1879 a 1891. Para além da inconstância das Sociedades, no século XIX, as atividades da “Diabo à Quatro” e “Bons Arcanjos” coincidiram com dois fatos históricos significativos na História do Brasil, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Serão esses fatos temas abordados pelas Sociedades em seus desfiles. Portanto utilizar essas instituições para analisar o contexto histórico e o impacto que estas tiveram na sociedade mostra-se necessário.

Por existirem concomitantemente neste período a “Sociedade Carnavalesca Diabo à Quatro” e a “Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos” misturavam os sentimentos de rivalidade e interdependência. Não havia um corpo de júri que julgava os desfiles das sociedades, portanto, a vitória era dada a que mais agradasse ao gosto popular. Os jornais no dia seguinte lançavam charges mostrando os vitoriosos do carnaval.

A pompa das sociedades mostrava-se mesmo nos bailes de seus membros. Como não possuíam sede própria, alugavam espaços para a realização destes eventos. No caso da “Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro” realizava seus primeiros bailes no Clube Quatro de Março. Como podemos observar na notícia do jornal O Despertador, de 1883, a sociedade passou a utilizar o Teatro Santa Izabel (atualmente denominado Teatro Álvaro de Carvalho) como sede de seu “clubes” onde comandava seus bailes e partiam seus préstitos, o Teatro foi apelidado de “Caverna Izabelina”.



Figura 7 - Salão do Teatro Santa Izabel, atual Teatro Álvaro de Carvalho, antes da reforma na década de 1950⁴¹

“Informam-nos que a Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro arrendou o Teatro Santa Izabel para nele estabelecer uma espécie de Clube. Independente disso, o Teatro fica sempre à disposição de qualquer companhia que nele quizer dar seus espetáculos.”⁴²

O luxo e o requinte eram marcas registradas dos bailes assim realizados. O afluxo de grande número de pessoas aos bailes, onde eram recebidas ao som de orquestra.

“O Teatro Santa Izabel, ou antes Caverna Izabelina, como lhe chamam os filhos de Plutão, apresentava em seu recinto o aspecto de um palácio fantástico, deslumbrante, encantador!

Um estrado por cima da platéia formava desta o palco um vasto salão, todo alcatifado de escarlata.

Cestões de flores, estojos de variadas cores, caricaturas, galhardetes. Lindíssimos lampiões chineses, transparentes, etc., tudo artisticamente disposto e inundado de ondas de luz, transformaram aquele vasto recinto em um verdadeiro paraíso, para onde se entrava por uma estreita caverna pouco iluminada e cheia de figuras sinistras. O efeito produzido por este contraste, era magnífico.

Todos os camarotes estavam apinhados de damas, e as cento e tantas cadeiras do grande salão eram ocupadas todas por jovens e lindas senhoras, em sua maior parte trajando ricas fantasias. Os cavalheiros entre os quais muitos também fantasiados, só poderiam obter uma cadeira no salão superior, ou no vestíbulo.

A orquestra, regida pelo Sr. José Brazílicio, despendia constantemente os mais harmoniosos sons, convidando todos à dança, ao prazer.

O serviço foi abundante, e a amabilidade dos membros da diretoria e das comissões, inexcusável.

Dançou-se até o clarear do dia, reinando sempre a melhor ordem e harmonia. Calculamos em mais de 700 pessoas as que concorreram a este baile.”⁴³

⁴¹ Imagem retirada do livro: SCHMITZ, Paulo Clóvis. **Pequena história do Teatro Álvaro de Carvalho**. Florianópolis: Paralelo 27: FCC, 1994.

⁴² Jornal O Despertador, 14 de Fevereiro de 1883 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

⁴³ Jornal O Despertador, 01 de Março de 1884 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Já a “Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos” sempre utilizou o salão do Clube Doze de Agosto para a realização destes eventos.

“À frente do Clube 12 de Agosto onde instalavam-se a Bons Arcanjos, achava-se como que folheado por magníficos painéis de alegorias grotescas, onde notava-se a fineza de um pincel de escola de Gustavo Doré e Bordalo Pinheiro. Estava de efeito irrepreensível.”⁴⁴

O luxo também era evidente nos baile desta sociedade. Porém o requinte não ficava só na decoração dos salões, estendendo-se as fantasias dos associados.

“Soberbo que era o aspecto do espaçoso e magnífico salão. Tal a abundância de luzes e de flores que, ao admirá-lo, recordaremos desse édem terrestre que nos fala a história sacra!

Como em todos os festins do belo, o sexo frágil ocupava a mais saliente posição.

Ostentando o cunho do bom gosto que caracteriza as nossas conterrâneas, as moças que tomavam parte ativa nesse baile exibiram ‘toilettes’, admiráveis, riquíssimas, surpreendentes!

A par destas – o ‘besouro’, fantasia que tornava o corpinho gentil de uma menina de onze anos, mais ou menos.

Mas, como somos pouco apreciados de ‘focos’, e ‘decotes’, porque muitas vezes, senão sempre, estes servem de pedestal à vaidade sem limites, as que mais prenderam-nos atenção foram:

Em primeiro lugar da engraçada jovem que trajava vestido de sentinela azul-celeste, sobreposto com saiote de filó branco, tendo segura no lindo penteado, uma fita de cor tão alegre, como expansiva se mostrava a sua fisionomia!

De talha simples por excelência, e costurada de modo a corresponder as exigências da simetria da arte, a linda ‘toilette’ assim constituída primou na brilhante exposição a que concorreu.

Em segundo, a da moça que apresentava vestido de cetim cor de rosa, guarnecida de renda branca, e que ostentava no peito um ‘bouquet’ de flores francesas.

E depois a da que trazia vestido de cetim azul guarnecido de renda branca e enfeitado com um lindíssimo laço daquela cor.

Havia ainda muitos sócios fantasiados com apurado gosto, entre os quais distinguiram-se: - dois que trajavam a maneira de conde, um que representava a ‘filha do inferno’ e o outro que envergava a veste de pajem.

Incorporada, a soberba guarda de honra, ali compareceu e depois que fez um ‘marche-marche’ em todo o salão, a música deu sinal para a primeira quadrilha, que rompeu com másculo entusiasmo!

Esses sorrisos que nos servem para exprimir o bem-estar da alma, andavam a brincar nos lábios de todos que congregavam naquele tempo de Terpsychore!

Nenhum incidente houve a lamentar.

No objeto da dança cruzavam o salão desde às 10 horas da noite às 3 horas da manhã, quando retirando-se todos exaustos, mas satisfeitos, terminou esse baile de saudosa recordação!

⁴⁴ Jornal do Comércio, 09 de Fevereiro de 1883 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Foi uma festa completa!”⁴⁵

A “Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos” encerrou suas atividades em 1891, quando temos notícia do seu último baile e desfile. A última referência encontrada das atividades da “Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro” é de 1892, quando o Zé Pereira substitui as atividades dos três dias de folia.

“Consta que não podendo a nossa sociedade por circunstâncias supervenientes, festejar os três dias de carnaval, pretendem contudo alguns dos seus sócios organizar um ruído RAM.TAM.PLAM. dedicado ao patusco de zé pereira, que desejava ver reunida na caverna Izabelina a diabada, para receber as ordens do general de brigada Plutão, que dará o plano para os diabetes entrarem em combate.”⁴⁶

O mais interessante dessas sociedades, e que será analisada no próximo capítulo é a relação de seus associados com a política. Tentaremos observar como aconteceu a inserção de seus membros na política. E, ainda, qual o papel exercido pelas sociedades nos dois fatos históricos que marcam o fim do século XIX, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

⁴⁵

Jornal Mercúrio, 14 de Março de 1886 – Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

⁴⁶

Jornal do Comércio, 06 de Fevereiro de 1892 – Acervo Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

2 SOCIEDADES CARNAVALESCAS E POLÍTICA

Este capítulo tem como objetivo traçar um paralelo entre as sociedades carnavalescas e a cultura política partidária em Desterro, no fim do Império. Para que esta comparação se dê sobre bases sólidas, o leitor precisa compreender os processos históricos, pelo qual a política exercida no século XIX estava inserida, para que depois, consiga-se analisar as relações entre Sociedades Carnavalescas e a Cultura Política praticada em Desterro. O conceito de Cultura Política entendido nesta pesquisa é o conjunto de códigos e práticas, exercido por um determinado grupo político.

2.1 A POLÍTICA NO IMPÉRIO

Os partidos políticos, no Brasil, começam a ter significância após a abdicação de Dom Pedro I do trono imperial, em 1832. Neste momento realçava-se uma disputa ideológica entre os que defendem a centralização do poder nas mãos do Imperador, contra aqueles que defendiam mais autonomia para as províncias. O primeiro grupo, representado em sua maioria, pelo funcionalismo público imperial, deu origem ao Partido Conservador. O grupo rival, formado principalmente por fazendeiros, deu origem ao Partido Liberal.

De acordo com José Murilo de Carvalho, em sua obra “A Construção da Ordem e Teatro de Sombras” – referência sobre a política no Império – a historiografia brasileira dividiu-se em três versões sobre os partidos políticos no Império. A primeira acredita que não havia nenhuma diferença substancial entre os partidos políticos então existentes. As diferenças existentes, não interferiram na prática dos partidos imperiais. Estas se diluíam em meio aos interesses individuais desta elite política. Entre os defensores desta tese estão Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Nestor Duarte, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Vicente Licínio Cardoso. Uma Segunda corrente historiográfica enfatiza a diferença na origem social dos membros dos partidos imperiais. Esta tese diferencia-se entre seus autores. Raymundo Faoro crê que o Partido Conservador era o representante da burocracia imperial, enquanto o Partido Liberal, representava os interesses agrários. Já

Azevedo Amaral via os Conservadores como os representantes dos interesses rurais e os liberais como a voz dos grupos de intelectuais e grupos marginais ao processo produtivo. Afonso Arinos considerou que os liberais representavam a burguesia urbana e o Partido Conservador defendia os interesses dos fazendeiros. Já a terceira corrente, onde se destaca Fernando de Azevedo e João Camilo de Oliveira, defende que os partidos diferenciavam-se pela origem de seus membros, fazendo o contraste entre o rural e o urbano. O alvo das análises recaía sempre sobre os dois principais partidos do Segundo Império, o Partido Conservador e o Partido Liberal.

Santa Catarina não se diferenciava muito da política exercida em âmbito nacional. No início do Segundo Império, o Estado ficava dividido entre os “judeus” e “cristãos”, denominações dadas para os seguidores de Jerônimo Coelho, de tendências liberais e seus adversários, de tendências conservadoras, respectivamente. Até o fim da década de 1950, perdurou a clivagem entre “judeus” e “cristãos”. Com o falecimento de Jerônimo Coelho, a política catarinense adotou a denominação clássica observada na Capital, conhecida como os “Luzias” (Liberais) e “Saquaremas” (Conservadores).¹

Nos últimos anos do Império, aos poucos a prática político-partidária veio sofrendo transformações motivadas, entre outros fatores, pela economia. As mudanças iniciaram-se em 1870 com o Manifesto Republicano. O manifesto é resultado da insatisfação de alguns segmentos das elites que conseguiram o apoio dos militares. A inserção dos militares, enquanto novo personagem na vida política do país, veio acarretar um desequilíbrio no até então consistente e homogêneo sistema político nacional.

Em Santa Catarina como destaca Rosângela Miranda Cherem, no período em que se cerraram as portas do regime imperial, o discurso anti-monárquico já se faz ressoar, porém os que se assumem republicanos, de fato, são muito poucos. Os clubes abolicionistas reuniam muito mais membros do que os republicanos. Cherem analisa que este pouco volume nos clubes republicanos, devia-se ao aparentar ser, na sustentabilidade de um cargo público. Sendo assim valia muito mais aparentar ser monarquista, em troca de favores, do que realmente defender as idéias

¹ LENZI, op. cit., p.31-43.

republicanas.² Esta característica da política local tornou viável o adesismo de última hora no momento do golpe republicano, principalmente daqueles ligados ao poder central. Esta disputa sem dúvida nenhuma, depois de quatro anos, desembocou na Revolução Federalista.³

Os militares entraram na política logo que retornaram da Guerra do Paraguai. O contato com as nações republicanas vizinhas e a aparente fragilidade na infraestrutura do Exército Brasileiro, fez com que se destacasse um acentuado descontentamento de considerável parcela dos comandantes militares, com relação à monarquia. A insatisfação manifestada pelo Exército, de certa maneira aliou-se ao desencanto da elite com o regime monárquico, devido à política gradual da Abolição da Escravatura, culminando no Manifesto Republicano de 1870.

Para além dos republicanos é importante identificar quem eram os membros dos partidos que comandavam a Monarquia Brasileira. O Partido Conservador congregava em sua maioria, funcionários públicos, magistrados e pessoas ligadas a corte brasileira. Já o Partido Liberal era composto essencialmente por profissionais liberais e fazendeiros. Em Santa Catarina as coisas não se distinguiram muito. Refletia-se no Estado a política partidária do país.

Porém esse bipartidarismo não representava, de fato, uma bipolaridade de idéias e de plataforma política. A luta destes partidos era unicamente pelo poder. Em âmbito nacional ou local, com maior ou menor intensidade, tais partidos divergiam pouco, construindo assim a ordem no período imperial, como é bem identificado por José Murilo de Carvalho na obra “Construção da Ordem”. Para a análise em Santa Catarina, utilizamos como referência a obra de Carlos Alberto Silveira Lenzi, “Partidos e Políticos de Santa Catarina”, que demonstra equivalência entre a política executada pelos partidos de Santa Catarina, com relação ao contexto nacional.

Esta política partidária estava, de alguma forma, ligada as Sociedades Carnavalescas. De acordo com Colaço: “As Sociedades Carnavalescas em Desterro, no século XIX, eram entidades com fins, quase exclusivamente de divertimento.”⁴ Porém na mesma obra Colaço ainda identificava que a Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos tinha entre seus associados vários participantes dos

² CHEREM, op. cit., p.306-313.

³ A Revolução Federalista está além do balizamento temporal buscado nesta pesquisa, por esta razão não teremos uma melhor análise deste importante fato político. Mas para aprofundamentos ver: MEIRINHO, Jali. A república em Santa Catarina: (1889-1900) . Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1982. 127p.

⁴ COLAÇO, op. cit., p. 35

grupos abolicionistas da cidade, que compravam cartas de alforria.⁵

Ampliando a finalidade das Sociedades Carnavalescas, em relação ao lazer, compreender estas entidades enquanto um espaço de sociabilidade corresponde a destacar o seu papel enquanto promotora de eventos. Quando utilizo o termo sociabilidade, compreendo a convivência deste grupo, principalmente nos salões e nas reuniões da diretoria, onde se formava um ambiente de reciprocidade entre as elites. Esses eventos iam além do divertimento, servem também como espaço para a trama de estratégias políticas, seja a confecção de alianças políticas, ou com o objetivo de conquista do poder. Podemos identificar este comportamento em ambas sociedades, já que alguns de seus integrantes irão participar ativamente da vida política de Desterro e do Estado de Santa Catarina. No período do carnaval, as Sociedades Carnavalescas eram responsáveis pela organização dos bailes e desfiles. Essa era a sua função enquanto entidade com fins de lazer. Mas durante o ano, suas reuniões para o levantamento de verba para os eventos carnavalescos e eleição da diretoria, servia sim como espaço de discussão política, tanto que a Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos utilizava um espaço ligado ao Clube Abolicionista, o Clube 12 de Agosto, auxiliando assim na compra de cartas de alforria.

“Empossada a nova diretoria, e prestadas as contas da gestão, dirigiu-se a sociedade, em número mais ou menos de sessenta membros presentes, ao Clube 12 de Agosto, onde cumprimentaram a nova diretoria da Bons Arcanjos, executando diferentes peças a banda de música que levava aquela primeira sociedade. Em seguida percorreu, a Diabo a Quatro, as principais ruas da cidade, recolhendo-se por último ao clube d’onde saíra, dançando-se à noite até meia noite.”⁶

Como especifica muito bem Colaço: “Não se fazem definir os partidos políticos em nenhuma sociedade das duas sociedades carnavalescas, pois nelas existiam políticos influentes de partidos diversos.”⁷ Para melhor analisar este entrelaçamento entre Sociedades Carnavalescas e Cultura Política, buscarei imagens que facilite a compreensão do fato. Se utilizarmos a metáfora do espelho para comparar as Sociedades Carnavalescas e o sistema político imperial,

⁵ Este assunto será melhor abordado no capítulo 2.3 – Sociedades Carnavalescas e Abolição.

⁶ Jornal O Despertador, 01 de Março de 1882 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

⁷ COLAÇO, op. cit., p. 112.

estaríamos errados, já que o espelho fornece uma imagem inversa àquela que o reflete, portanto não poderíamos definir assim esta relação. Busquei então o conceito de alegoria, que se encaixa, pois podemos representar o sistema político imperial pelas Sociedades Carnavalescas. Podemos falar de um pelo outro assim como uma figura alegórica. Esta mistura de integrantes nas Sociedades, só reflete a dificuldade de manter-se fiel a um ideal, que não fosse o interesse próprio.

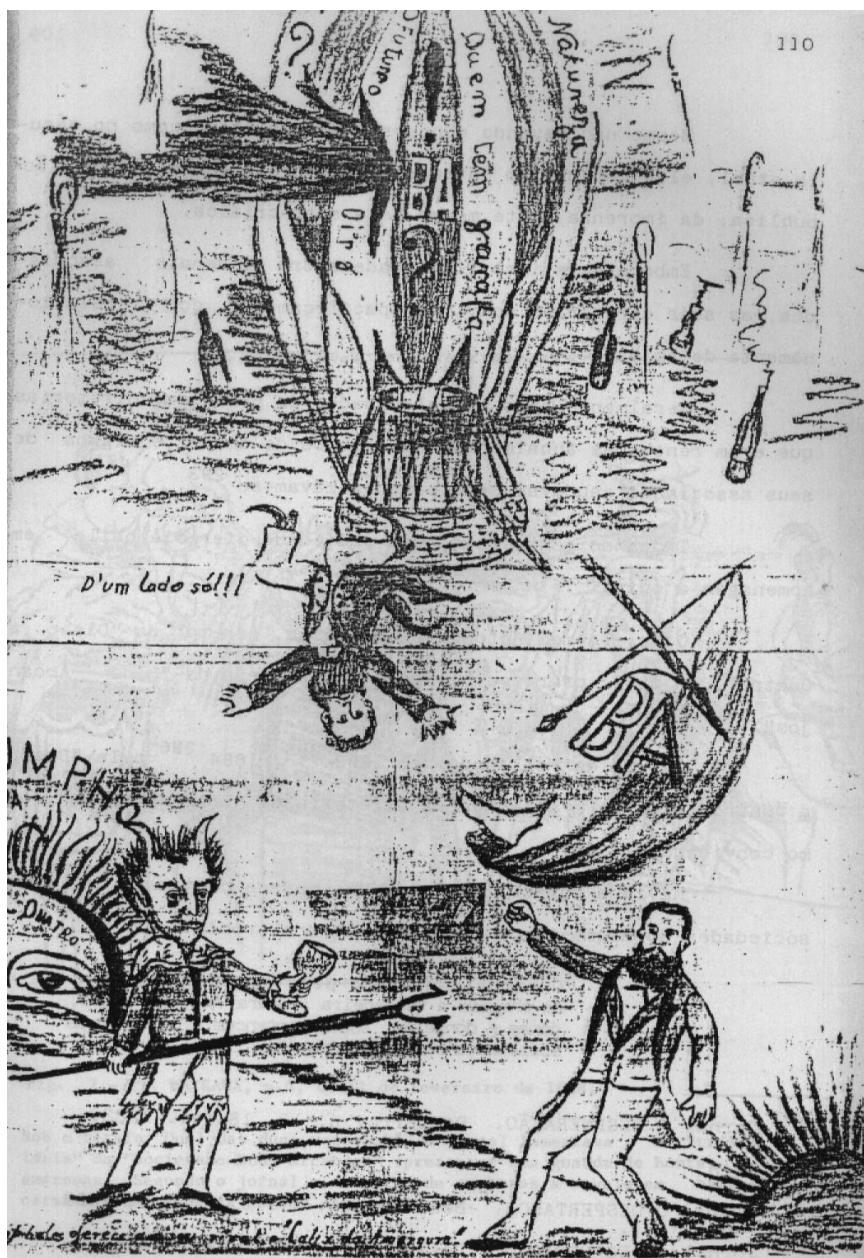


Figura 8 - Triunfo da Diabo a Quatro – Jornal O MATRACA, 19/02/1888

⁸ Imagem retirada de COLAÇO, Thaís Luzia; **O carnaval no Desterro**: século XIX Dissertação (Mestrado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina 1988. 219f.

Por isso notícias como:

“Mantendo entre si uma justa rivalidade que lhes serve de estímulo, lutam denodadamente, querendo cada qual vencer a sua rival no chiste, na concepção das idéias, no luxo e na finura das críticas. Venham elas, e na arena do bom gosto e das idéias felizes digladiaram-se à vontade, que a opinião pública saberá fazer-lhes a devida justiça.”⁹

Indica que há sim uma disputa das idéias exploradas nos carros alegóricos, sempre com sátira, porém essa não transpunha o mundo da folia. Na prática política todos mantinham uma postura conciliadora, defendendo os interesses hegemônicos da elite.

Esta elite com interesses hegemônicos é conceituada no trabalho do historiador e cientista político, José Murilo de Carvalho, na obra anteriormente citada. No início do capítulo I, Carvalho mostra como um grupo homogêneo é necessário para a formação do Estado Nacional, que é o caso da elite no Segundo Império no Brasil. Porém ao mesmo tempo este grupo é suscetível aos aspectos sociais, políticos e econômicos que o cerca. Portanto o grupo que conceituo de elite nesta pesquisa, é um grupo homogêneo que une a elite econômica, política e intelectual, formando um bloco que pensa a sociedade, destacando-se dela.

2.2 SOCIEDADES CARNAVALESCAS E TRAMAS POLÍTICAS

Ao tratar dos membros das Sociedades Carnavalescas em sua pesquisa, Colaço, traça uma pequena biografia dos diretores das Sociedades Carnavalescas, personagens que atuaram no âmbito cultural e político, no período de transição Império/República. Portanto a autora importa-se sim com o âmbito político, porém não o aprofunda. É neste momento que a bibliografia produzida por Lenzi e Carvalho, ajuda a entender as relações entre sociedade carnavalesca e cultura política.

Complementando a pesquisa realizada por Colaço e utilizando-a como referência, tento agora, justificar a aplicabilidade do conceito de sociabilidade, junto

⁹ Jornal do Comércio, 04 de Fevereiro de 1883 – Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

as Sociedades Carnavalescas. Busquei nas informações sobre os membros destas, personagens que agiram no cenário principal da política catarinense no período de transição Monarquia/República.

Esses personagens não atuavam somente no âmbito da política partidária. Sua participação pode ser percebida também nas instituições fundadas pela República. A exemplo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e a Academia Catarinense de Letras (ACL).

O levantamento efetuado por Colaço, revela nomes ligados a influentes famílias de Desterro. Os exemplos são as famílias Wendhausen, Horn, Boiteux e Luz. Alguns desses nomes são figuras ilustres da política desterreense.

A Sociedade Carnavalesca Diabo à Quatro foi a entidade, na qual, os irmãos André, Fernando e Germano, da família Wendhausen, exerceram atividades como diretores. Filhos do imigrante Heinrich Wendhausen herdaram do pai o ofício do comércio. Os irmãos também eram abolicionistas e membros do Partido Republicano. O mais atuante como político foi Germano Wendhausen, que ocupou o cargo de deputado provincial nos anos de 1888 e 1889.¹⁰ Germano ainda teve importante participação no executivo municipal.¹¹

O político Raulino Júlio Adolfo Horn é identificado na pesquisa de Colaço, como diretor da Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos, no ano de 1890. Horn, nascido em Laguna, foi fundador do Partido republicano e participava do Clube Abolicionista.¹² Na política ocupou quase todos os cargos da administração pública, foi vereador, prefeito, deputado, senador e vice-governador.¹³

A família Luz exerceu funções administrativas na Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos entre 1879 a 1884, na pessoa de Estevam Pinto da Luz e João Pinto da Luz.¹⁴ Mas a figura que se sobressaiu na política, sem dúvida foi o político Hercílio Luz. A trajetória deste político serviu para ilustrar o processo político-histórico em Santa Catarina. Hercílio Luz formou-se nas primeiras fileiras do Partido Conservador. Defendeu as idéias e cores deste partido até as vésperas do golpe republicano de 1889.¹⁵ Utilizou, então, uma estratégia muito conhecida dos políticos,

¹⁰ COLAÇO, op. cit., p. 122-123)

¹¹ PIAZZA, op. cit., p. 822-823

¹² Ibid, p.130)

¹³ PIAZZA, op. cit., p. 342-343

¹⁴ Ibid, p. 127-129

¹⁵ PIAZZA, op. cit., p. 414-415

quando ocorre uma mudança no regime. Transformou-se logo em republicano. Esse “adesismo” à República, foi utilizado em grande escala, quando proclamada a República brasileira. Muitos dos políticos ligados ao poder monárquico vincularam-se logo a nova ordem, o principal exemplo local foi Hercílio Luz. Ele conseguiu esquivar-se da posição de opositorista do poder até sua morte, sempre buscando ficar junto ao poder.¹⁶

Um outro exemplo de diretor de Sociedade Carnavalesca, que exerceu importante papel em uma instituição republicana foi Juvêncio Martins da Costa. No levantamento realizado na pesquisa de Colaço, Juvêncio foi identificado como secretário da Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro, nos anos de 1881 e 1882. Além de exercer função de secretário da entidade, foi deputado provincial(1880-1881) e patrono da Academia Catarinense de Letras.¹⁷

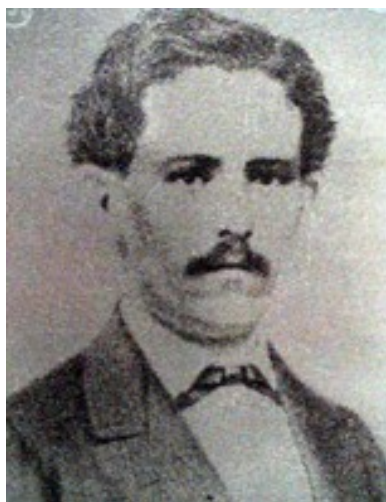


Figura 9 - Juvêncio Martins Costa¹⁸

A importância de instituições, como a Academia Catarinense de Letras, para o Regime Republicano é incontestável. A partir da construção de novas representações destas instituições foram apagando-se os resquícios deixados pela Monarquia, fortalecendo assim a República. A Academia Catarinense de Letras surgiu no ano de 1924, derivando da Sociedade Catarinense de Letras fundada por José Arthur Boiteux. A família Boiteux também estava presente na diretoria das

¹⁶ ANDRADE, Djanira Maria Martins de; **Hercílio Luz : uma ponte integrando Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981. 171p.

¹⁷ COLAÇO, op. cit., p. 122

¹⁸ Imagem retirado do sítio da internet: http://www.aclsc.ufsc.br/paginas/juvencio_martins/juvencio_martins.html (acessado em 20/06/2008)

Sociedades Carnavalescas. O irmão de José Arthur Boiteux, Hipólito Boiteux, foi diretor da Sociedade Carnavalesca Bons Arcanjos em 1881. Hipólito foi político influente na localidade de Nova Trento.¹⁹



Figura 10 - José Arthur Boiteux²⁰

Assim como a Academia Catarinense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) foi uma instituição criada pela República, com o objetivo de apagar o Regime Monárquico através do revisionismo histórico. Era necessário agora construir uma memória que auxiliasse na conquista de corações e mentes a favor do novo regime.²¹

2.3 SOCIEDADES CARNAVALESCAS E ABOLIÇÃO

Quando tratamos da temática do carnaval é impossível não tratarmos da contribuição da cultura afro-descendente. Porém no século XIX temos três momentos onde a discussão sobre a negação da participação do afro-descendente no carnaval. O primeiro período estende-se até 1880, onde a proibição da participação do cativo está atrelada à proibição do entrudo, como já observamos no

¹⁹ PIAZZA, op. cit., p.117-121

²⁰ Imagem retirada do sítio da internet: <http://www.ihgsc.org.br> (acessado em 20/06/2008)

²¹ Para um aprofundamento no assunto ver: CORREA, Carlos Humberto P **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Ed da UFSC; e GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor:**

primeiro capítulo havia códigos de leis, que proibiam veementemente a participação do elemento afro-descendente. O segundo período de 1880 a 1889, como bem descreve o professor Paulino de Jesus Francisco Cardoso:

“... os anos de 1880 a 1889 não poderiam ser tomados por referência para pensar a escravidão no seu ‘funcionamento’ cotidiano. Pelo contrário, a década é ideal para refletir sobre os arranjos institucionais e as estratégias por partes da elite e de re-ordenamento do viver urbano e vislumbrar as ações pelas quais africanos e afro-descendentes procuravam realizar seus projetos e conquistaram a liberdade.”²²

Ou seja, pela especificidade da escravidão na Região Sul do Brasil, neste período já encontramos poucos cativos em Desterro. Por isso neste momento é melhor observarmos como as elites reagem ou planejam a abolição, e os impactos destas ações na cultura política Desterrense.

O terceiro período seria aquele posterior a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, onde a negação da participação do negro se dará pela inserção compulsória, deste, na nova lógica da Bela Época brasileira, ocasionando uma exclusão deste grupo das festividades, apenas retornando, no caso de Desterro, na década de 1930, com a composição de blocos e cordões carnavalescos. O exemplo mais evidente desta lógica da *Belle Époque* são as reformas urbanas, onde os grupos marginalizados serão excluídos dos centros urbanos. Contribuindo com essa negação da participação do afro-descendente temos Colaço:

“Mesmo com a abolição em 1888, o ex-escravo continuou a ocupar a mesma posição social; as instituições os libertaram, mas o preconceito e a segregação continuaram. Houve uma demora na integração negra à sociedade branca, isto se refletiu no retardamento da influência negra (música e dança), no carnaval desterrense. Por isso o carnaval de Florianópolis se manteve intato, dentro dos moldes europeus, até começos do século XX.”²³

E ainda temos o cronista Oswaldo Rodrigues Cabral: “Negro não podia tomar parte da brincadeira – pudera!... – mas divertia-se da mesma maneira, pois eram os

arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. 2 v. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia.

²² CARDOSO, Paulino de Jesus F. Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. Revista PADÊ. v. 2 n.01 Brasília, 2007. UNICEUB/FACJS.

²³ COLAÇO, op. cit., p. 201

que mais gozavam e riam ao ver um figurão ou uma figurona levar uma carga de limões sem esperar, (...)”²⁴ Podemos entender a partir deste fragmento que a posição oficial da História da participação do afro-descendente é de mero espectador do espetáculo carnavalesco.

A negação da participação do afro-descendente no carnaval em Desterro suscita discussões, já que podemos usar a lógica dos Códigos Legislativos para pensar a participação do cativo. Se havia legislação no primeiro período que proibia a participação deste elemento no carnaval, significa que esta participação acontecia durante o jogo do entrudo.

Já no período das Sociedades Carnavalescas não só a participação do afro-descendente, mas como também a de quem não tinha acesso a participação, enquanto associado, das sociedades. Porém não levamos em conta que o jogo do entrudo continuava, mesmo com a ação das autoridades, os pobres e cativos tinham nesta manifestação a sua representatividade carnavalesca. Também a participação de afro-descendentes nas bandas e zé-pereiras, não é possível afirmar, devido a falta de fontes, que houve mudanças substanciais na sonoridade das bandas e zé pereiras depois da contribuição do afro-descendente.

O cativo era proibido de participar do entrudo, quiçá das Sociedades Carnavalescas. Porém estas, de maneira política, levantavam a bandeira do Abolicionismo. Havia Abolicionistas em ambas sociedades, Diabo a Quatro e Bons Arcanjos, porém a mais atuante, devido aos seus membros, era a Diabo a Quatro.

A escravidão no Sul do Brasil, a exemplo de Desterro, caracterizava-se principalmente pela distinção social. Ser dono de um cativo, na Sociedade Desterrense do século XIX era além de tudo adquirir um *status*, que o afastava da linha de pobreza. Desterro não era uma das cidades mais ricas, assim sua elite, não podia bancar os luxos e consumos da Corte. Por esta razão a posse de um cativo tornava-se neste local, tão importante. O interessante a pensar é como uma elite muda de perspectiva tão rapidamente. A falta de recursos, devido as dificuldades econômicas de Desterro a época, levará a impossibilidade de manter-se a escravidão, em função dos custos com o próprio cativo, e a inserção da figura do imigrante europeu, enquanto possível assalariado, acelera o processo abolicionista neste contexto.

²⁴ CABRAL, op. cit., p.229

Lembrando que em Desterro, ao final da década de 1880, havia mais abolicionistas, do que republicanos assumidos. Assim pode-se apresentar a idéia de que os interesses políticos, empurravam, os ainda republicanos não declarados, para os clubes abolicionistas. As Sociedades Carnavalescas contribuíram na compra de cartas de alforria para os cativos, na década de 1880. Esta prática fez com que além de plataforma política, o discurso abolicionista nos desfiles das sociedades, atraísse a atenção e a simpatia daqueles que foram antes, excluídos por elas. Essas temáticas mais politizadas era o que chamava a atenção nos préstitos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou, dentro da temática do carnaval, compreender como se exercia o processo sócio-político dentro das sociedades carnavalescas. Para isso foram utilizadas fontes escritas variadas como: leis, códigos de postura, notas de jornais e bibliografia acerca da temática para chegar as análises finais.

O primeiro capítulo teve como meta comparar os carnavais do Rio de Janeiro e Desterro, evidenciando suas diferenças e semelhanças, localizando no espaço e tempo o recorte proposto pela pesquisa. Esta comparação evidenciou que o carnaval em Desterro manteve certa correspondência de ação em relação ao carnaval da Capital do Império, até o período da reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro no início do século XX. A partir daí os períodos carnavalescos de Desterro e Rio de Janeiro deixaram de coincidirem sua expressão. Como a reforma urbana em Desterro só ocorreu na década de 1920, as alterações com relação ao processo histórico do carnaval evidenciam-se, pois só observamos a constituição de ranchos e cordões em Florianópolis, ao final da década de 1930. Outra diferença que também observamos é a do cacumbi, que no Rio de Janeiro pertencia ao período carnavalesco e em Desterro só era observada no período natalino.

Na segunda metade do século XIX observamos que através do carnaval foi efetivada em parte a exclusão da população pobre, até então uma das muitas protagonistas da festa. A estratégia utilizada foi a criação das Sociedades Carnavalescas, enquanto entidades inspiradas no carnaval franco-italiano, lugar para onde a elite nacional voltava os seus desejos. Com isso o carnaval mudou de protagonistas, transformando grande parte da comunidade em meros espectadores. Porém num período posterior ao início do século XX, no Rio de Janeiro, a saída encontrada pelas populações pobres foi de reelaborar seu próprio carnaval, respeitando as leis e incorporando a prática dos desfiles.

O segundo capítulo enfatizou as relações políticas existentes e apresentadas pelos diretores das Sociedades Carnavalescas “Bons Arcanjos” e “Diabo a Quatro”, no período que caracterizou a queda do Regime Monárquico e ascensão do Regime Republicano. Neste momento a cidade de Desterro tem como elite mandatária, um grupo que se caracteriza não pelo baixo poder aquisitivo, apoiando-se na distinção social impregnada pelos ideais racialistas, exaltados com a política imigratória do governo Monárquico. Fazendo um cruzamento entre os nomes das diretorias das

Sociedades Carnavalescas Bons Arcanjos e Diabo a Quatro, consideramos o quanto importante eram essas entidades, já que representavam os principais nomes da política neste período. Desse modo foi possível pensar a Sociedade Carnavalesca enquanto alegoria do sistema político imperial, já que o comportamento destas entidades assemelhavam-se em muito ao exercício do jogo político entre os partidos do Império. Os salões e desfiles carnavalescos serviam como espaço de sociabilidade onde além do divertimento, definia-se a rede de reciprocidade política da época. Um fato de importante destaque é a relação entre as Sociedades Carnavalescas e a Abolição da Escravatura. Desterro, na década de 1880, possuía muito mais clubes abolicionistas, do que clubes republicanos. Este fato expressa a situação funcional da cidade, composta por funcionários ligados ao serviço público monarquista.¹ Desta maneira os clubes abolicionistas e as Sociedades Carnavalescas foram o modo encontrado de manter um discurso anti-monárquico sem declará-lo. E, tratando de abolicionismo, esta pesquisa buscou discutir a negação do afro-descendente nos festejos carnavalescos. A pesquisa realizada não pode definir uma resposta exata, porém esclarece que a participação do afro-descendente de algum modo existiu, já que as leis do século XIX proibiam o cativo de brincar o carnaval, enquanto prática usual e recorrente. Não é possível uma lei restritiva ser produzida, sem antes um precedente, um motivo para que a mesma seja proposta

Este trabalho, por tratar-se de uma monografia, não conseguiu abordar todos os temas que poderiam ser analisados a partir das fontes encontradas. Faltou ainda, nos estudos sobre o carnaval de Desterro, uma pesquisa mais aprofundada sobre a produção musical do período, observando a adequação da música aos novos moldes impostos pelo “Grande Carnaval”, ou, também um estudo sobre as relações de gênero nestas mesmas sociedades. As fontes indicam a presença feminina como o chamariz dos bailes carnavalescos, destacando-se no ano de 1882, o primeiro homem travestido no carnaval de Florianópolis, no caso o “Sr. G.” que se fantasiou de cartomante num préstito da Sociedade.

Dentre tantos assuntos possíveis para a pesquisa, o trabalho focou na abordagem sócio-política. Utilizando as Sociedades Carnavalescas como pano de

¹ CHEREM, op. cit.; p. 306-313

fundo foi possível compreender a dinâmica das tramas políticas envolvidas, e como a população tornou-se refém das políticas públicas, nem sempre satisfatórias.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleidi. **Cacumbi**: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria da Cultura e do Esporte, 1990. 73p.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de; **Hercilio Luz : uma ponte integrando Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro**: memória . Florianópolis: [s.n], 1972 (Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina,. 2 v.

CARDOSO, Paulino de Jesus F. **Em busca de um fantasma**: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. Revista PADÊ. v. 2 n.01 Brasília, 2007. UNICEUB/FACJS.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e Teatro de sombras**: a política imperial. . 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ: Relume-Dumará, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p.

CHEREM, Rosângela M. **Caminhos para muitos possíveis**: Desterro no final do império. 1994. USP (Dissertação de Mestrado).

_____. **Os faróis do tempo novo**: política e cultura no amanhecer republicano da capital catarinense. 1998 USP (Tese de Doutorado).

COLAÇO, Thaís Luzia; **O carnaval no Desterro**: século XIX Dissertação (Mestrado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina 1988. 219f.

CORREA, Carlos Humberto P. **Diálogo com Clio**: Ensaios de História Política e Cultural. Florianópolis: Insular, 2003.

_____. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Ed da UFSC; Zero Hora Editora Jornalística S/A, 1997.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia**: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 396 p.

_____. **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de historia social da cultura. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002. 447 p.

LAZZARI, Alexandre. **Coisas para o povo não fazer**: carnaval em Porto Alegre (1870 - 1915). Campinas: Ed. da UNICAMP: Cecult, 2001. 247p.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. [Florianópolis]: Letras Contemporâneas, 1996. 284p.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983. 382p.

MEIRELES, Cecília. **Batuque, samba e macumba**: Estudos de gesto e de ritmo 1926-1934. São Paulo: Martins Fontes, 2003

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995. 105p.

_____. **Negro em terra de branco**: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 64p.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda,. **O carnaval das letras**: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. 2. ed. rev. Campinas: Ed. da UNICAMP, c2004. 318 p.

PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994. 871p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro**: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1992. 237p.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

RIoux, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SCHMITZ, Paulo Clóvis. **Pequena história do Teatro Álvaro de Carvalho**. Florianópolis: Paralelo 27: FCC, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. 2. ed.rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Adolfo Nicolich da. **Ruas de Florianópolis**: resenha histórica. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999. 143p.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso**: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998. 198 p.

SOUZA, Patrícia Teixeira de; **Cacumbi, catumbi, quicumbi, ticumbi** : uma análise dos elementos teatrais contidos nesta manifestação afro-brasileira de Santa Catarina. 2006. 61 p. Monografia (graduação) – CEART/UDESC.

TRAMONTE, Cristiana. **O Samba conquista passagem**: as estratégias e a ação educativa das escolas de samba de Florianópolis. Florianópolis: [s. n.], 1996. 283p.

FONTES

Periódicos:

Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

- Jornal do Comércio (1883, 1885, 1892)
- Jornal O Despertador (1879, 1882, 1883, 1884)
- Jornal Mercúrio (1886)
- Jornal A Regeneração (1880)
- Jornal O Cruzeiro do Sul (1859)
- Jornal O Conservador (1855)
- Jornal Matraca (1888)

Legislação e ofícios:

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

- Santa Catarina. Leis, Decretos, etc. Resolução nº 429, Art. 130, cap. XII, rendas municipais. Desterro, 28 de março de 1857.
- Ofício do Presidente da Província para Câmara Municipal, postura da Câmara Municipal. Desterro, 26 de julho de 1832.
- Ofícios da Câmara Municipal para o Presidente da Província. Desterro, 29 de março de 1859.

Internet:

- Sítio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina:
<http://www.ihgsc.org.br>
- Sítio da Academia Catarinense de Letras:
http://www.aclsc.ufsc.br/paginas/juvencio_martins/juvencio_martins.html
- Sítio de imagens antigas UFSC: <http://ufsc.br/~esilva/Albuns.html>
- Sítio do jornal A Notícia: <http://www.an.com.br/ancapital/2007/jan/09/1ger.jsp>

Imagens:

Internet:

- Sítio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina:
<http://www.ihgsc.org.br>
- Sítio da Academia Catarinense de Letras:
http://www.aclsc.ufsc.br/paginas/juvencio_martins/juvencio_martins.html
- Sítio de imagens antigas UFSC: <http://ufsc.br/~esilva/Albuns.html>

Periódicos:

- Jornal Matraca (1888)

Bibliografia:

- MEIRELES, Cecília. **Batuque, samba e macumba**: Estudos de gesto e de ritmo 1926-1934. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- COLAÇO, Thaís Luzia; **O carnaval no Desterro**: século XIX Dissertação (Mestrado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina 1988. 219f.
- SILVA, Adolfo Nicolich da. **Ruas de Florianópolis**: resenha histórica. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999. 143p.
- SCHMITZ, Paulo Clóvis. **Pequena história do Teatro Álvaro de Carvalho**. Florianópolis: Paralelo 27: FCC, 1994.